O jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador: Edmundo Bittencourt

Edição impressa em Brasília

EDIÇÃO DISTRITO FEDERAL

Brasília, Segunda-feira, 16 de Novembro de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXV Nº 25.144 DF: R$ 4,00 Outros estados R$ 5,00

Cármen Lúcia diz que Bolsonaro violou liberdade de imprensa ao bloquear mais de 60 jornalistas

CAPPELLI - PÁGINA 2

Centrão quer espaços no novo governo Lula

Caciques esperam a volta do presidente para discutir como entrarão na base

PÁGINA 6

REFORMA TRIBUTÁRIA: ENTRE O MANICÔMIO E O DESCONHECIDO

Na terça-feira (17), uma audiência pública discutirá na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a implantação da reforma tributária, no momento em que 75 entidades do setor produtivo publicam carta aberta pedindo o adiamento do seu início no ano que vem. Há diversas questões ainda em aberto, inclusive o valor de alíquotas dos impostos, que se projeta muito alto. Em princípio, a fase de testes para que a nova tributação, com dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs) se inicie começa no ano que vem

RUDOLFO LAGO - PÁGINA 4

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



75 entidades do setor produtivo pedem adiamento da reforma tributária

Senadores concluem votação do ajuste fiscal

Aprovado o texto-base na semana passada, o Senado vota esta semana destaques do ajuste fiscal. A agenda também prevê discussão sobre a reforma tributária

PÁGINA 7

Sessão especial celebra o Dia da Consciência Negra hoje

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, será lembrado na sessão especial que o Senado promove nesta segunda-feira (16)

BASTIDORES - PÁGINA 5

DF mantém liderança nacional em PIB per capita

Economia do DF alcançou R$ 382,2 bilhões em 2024, garantindo a oitava posição entre as maiores do país

BRASILIANAS - PÁGINA 15

Jordy se prepara para representar o Rio no Senado

Em entrevista, o parlamentar fala sobre sua trajetória política, os desafios do mandato e suas perspectivas para o Rio

PÁGINA 24

Ações da CSN caem após resultado do 3º trimestre

O mercado reagiu negativamente aos balanços da CSN e da CSN Mineração referentes ao terceiro trimestre de 2026

PÁGINA 17

Lojistas estão bem otimistas com a Black Friday deste ano

Segundo a Fecomercio, 92% esperam vender este ano mais do que venderam no ano passado. A expectativa é de crescimento de 20% nas vendas. Especialistas recomendam cuidado na hora de usar o décimo-terceiro nas compras



ROVENA ROSA/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL

Segundo a Fecomércio-DF, 36,3% dos comerciantes pretendem oferecer descontos entre 16% e 30%

PÁGINA 14

MARCELO ALMEIDA

MAIORIDADE PENAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

PÁGINA 8

LUCAS BERLANZA

LULA PROMOTEU GASTANÇA, NÃO AJUSTE FISCAL

PÁGINA 8



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Cármen Lúcia diz que Bolsonaro violou liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas

A ministra Cármen Lúcia (STF) afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro violou a liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas em sua conta no antigo Twitter, atual X, durante o mandato presidencial. Em decisão assinada nesta quinta-feira (12), a magistrada reconheceu que a conduta contrariava garantias constitucionais, mas encerrou a ação porque Bolsonaro deixou a Presidência da República.

O processo foi apresentado em julho de 2021 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que identificou o bloqueio de 65 profissionais desde 2018, dos quais 13 apenas em 2021. A entidade argumentou que Bolsonaro utilizava a rede social para divulgar atos de governo e, por isso, não poderia restringir o acesso de jornalistas às publicações.

Na decisão, Cármen Lúcia afirmou que o uso de uma conta pessoal por uma autoridade pública para divulgar informações governamentais

FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



O ex-presidente Jair Bolsonaro bloqueou 65 jornalistas na plataforma X, o antigo Twitter

não afasta as obrigações constitucionais relacionadas à transparência e ao acesso à informação.

"O ato de bloquear jornalistas por perfil em rede social pelo Presidente da República em exercício ofende a garantia constitucional à liberdade de imprensa e ao direito de informar e ser informado", escreveu a ministra.

Cármen Lúcia também criticou a possibilidade de governantes selecionarem quem pode acompanhar suas manifestações públicas com base em preferências políticas.

"Por gosto ou desgosto ideológico ou político, não se afasta do debate público o cidadão", afirmou.

Apesar desse entendimento, a ministra considerou que a ação perdeu seu objeto porque Bolsonaro não ocupa mais a Presidência desde janeiro de 2023. Segundo ela, a conta utilizada para os bloqueios era pessoal e deixou de estar vinculada ao exercício do cargo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia defendido que as publicações feitas na conta pessoal de Bolsonaro não constituíam atos administrativos e, portanto, não poderiam ser questionadas por meio de mandado de segurança.

Ao encerrar o processo, Cármen Lúcia não determinou o desbloqueio dos jornalistas. A ministra ordenou a certificação do trânsito em julgado e a baixa dos autos, encerrando a tramitação da ação apresentada pela Abraji.

CELESTE LEITE DOS SANTOS

Promotora de Justiça em último grau do Colégio Recursal do Ministério Público de São Paulo

Os desafios do Judiciário na paridade entre homens e mulheres nos postos de comando

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 94, reserva um quinto das vagas em determinados tribunais do País a membros do Ministério Público (MP) e a advogados. Conhecida como Quinto Constitucional, a regra exige dos candidatos notável saber jurídico e reputação ilibada. Tal mecanismo, porém, tem operado como instrumento de reprodução das desigualdades e de exclusão das mulheres dos espaços de cúpula do Poder Judiciário.

Explico melhor: as listas sêxtuplas e tríplices destinadas ao preenchimento destas vagas elaboradas a partir das indicações do próprio MP e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) permanecem predominantemente masculinas. O resultado é a sub-representação feminina nos órgãos da Justiça. Em diversos tribunais, ao longo de décadas de nomeações sob a égide do artigo 94, sequer uma mulher foi contemplada.

A alternância de gênero nas indicações não pode ser vista como um favor, uma gentileza, mas, sim, como decorrência do princípio da igualdade material, consagrado na Carta Magna — especialmente nos artigos 5º, inciso I, e 37º — e em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ao longo de sua história.

Neste sentido, a resolução 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que, nos tribunais em que as mulheres representem menos de 40% dos desembargadores, as promoções por merecimento devem alternar entre listas mistas e relações exclusivas de mulheres, até que se alcance a faixa de 40% a 60% de representação de cada gênero.

Já em vigor, a norma produz efeitos concretos, tanto que o próprio CNJ suspendeu promoções em desacordo com suas disposições. Ocorre que esta regra não alcança o 5º Constitucional - lacuna evidenciada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.338, pendente de apreciação no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como por pedidos recentes apresentados ao CNJ para estender a alternância às vagas destinadas à Advocacia, ao MP e à Justiça Eleitoral.

Penso que a Resolução do CNJ poderia avançar em três direções: 1) estender expressamente o mecanismo às listas tríplices e sêxtuplas, em articulação com a OAB e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); 2) exigir transparência e publicidade dos dados relativos a candidaturas, habilitações e nomeações, com recorte de gênero; e 3) estabelecer mecanismos de monitoramento e de revisão periódica das metas.

O Conselho Federal da OAB, que já discute a atualização do provimento 102/2004, dispõe de instrumento próprio para instituir a alternância na formação das listas sêxtuplas. A experiência da Ordem dos Advogados da Bahia, que adotou critérios de paridade de gênero e de equidade racial na composição da lista sêxtupla destinada ao Tribunal de Justiça (TJ) baiano, demonstra que tal prática é, sim, viável.

Aplicar os princípios da resolução 525/2023 às listas do 5º Constitucional não significa invadir competências das entidades envolvidas - é conferir coerência à interpretação do princípio da Carta Magna quanto à igualdade e ao que já é adotado pelo próprio CNJ. Trata-se, portanto, de evitar que o mesmo Sistema de Justiça aplique critérios distintos a carreiras que, embora diferentes, estão submetidas à mesma disciplina constitucional do artigo 94.

Cabe destacar, em meio a este cenário, iniciativa exemplar do Superior Tribunal Militar (STM). Sob a liderança de Maria Elizabeth Rocha, ministra-presidente; de Amini Haddad Campos, juíza auxiliar da Presidência; e de Mariana Borges Ferrer Ferreira, assessora da Presidência; entre outras notáveis, o Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União (JMU) instituiu Comissão Interinstitucional destinada à elaboração da Carta de Referência do Pacto Nacional pela Paridade.

A iniciativa reúne grupos de trabalho dedicados à construção de indicadores, ao desenho institucional e ao enfrentamento do lawfare de gênero - uso abusivo de instrumentos jurídicos para afastar mulheres de espaços de poder.

Assinada em 20 de agosto de 2026, durante evento que marcou os cinco anos da Lei Mariana Ferrer (14.245), a Carta pela Paridade transforma a igualdade em compromisso institucional e política de Estado.

Cabe, agora, ao MP e à Advocacia darem o próximo passo: adotar a alternância na composição de suas listas, conferir transparência aos critérios e aos dados, e reconhecer a equivalência não como ameaça ao mérito, mas, sim, como condição digna, moderna e com ressonância ao que já acontece felizmente em outras partes do mundo.

O legado do STM aponta o caminho: quando a igualdade se institucionaliza, deixa esta de depender da boa vontade de quem compõe cada lista e passa a constituir padrão de atuação do próprio Sistema de Justiça.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

■ **A REINVENÇÃO DO ALCAIDE CAVALIERE DE OLHO NA REELEIÇÃO EM 2027 PASSA PELO PROTAGONISMO NO RÉVEILLON E CARNAVAL - Já começou o processo de reinvenção da imagem do prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, de olho no processo de reeleição em 2028, já que ele tinha como um dos pilares a vitória de Eduardo Paes ao governo do estado. A ideia é uma aproximação maior do rapaz com o presidente Lula, afinal, diferente de Paes, o prefeito esteve em todos os eventos de campanha de reeleição.**

■ Sem o governo do Estado do Rio, o prefeito Cavaliere espera o apoio do Governo Federal para chegar competitivo à próxima eleição.

■ **RÉVEILLON DE CAVALIERE TERÁ JANJA E LULA, ALÉM DE CONVIDADOS INTERNACIONAIS - De olho na sua reeleição e com Eduardo Paes recolhido depois da derrota para governador, o primeiro passo da campanha de reeleição será o Réveillon 2026/2027. Não será como se imaginava, mas a ideia é a Riotur preparar um super evento ainda maior do que foi a última edição.**

■ Como a posse do novo mandato de Lula só ocorrerá no dia 05, a ideia é que Eduardo Cavaliere receba o casal Janja e Lula na virada do ano, além dos principais ministros que serão empossados.

■ **Nas entrevistas e coletivas, a ordem será colocar o próprio prefeito como protagonista da maior festa de virada de ano do planeta.**

■ A ideia da prefeitura é atrair para o Réveillon de Copacabana os convidados internacionais que virão ao Brasil para a posse de Lula. O espaço que a prefeitura ocupa no Copacabana Palace, com passarela direta para o palco, será ampliado e colocado à disposição do Itamaraty.

■ **A empresa SRCOM, de Abel Gomes e Paulo Cesar (PC) Ferreira, já está trabalhando no planejamento do super Réveillon.**

■ CAMAROTES DA PREFEITURA NA SAPUCAÍ VÃO AJUDAR NA PROJEÇÃO NACIONAL DE EDUARDO CAVALIERE - O trabalho de visibilidade de Eduardo Cavaliere já começou com a capa da última edição da Revista Lide, do grupo de João Doria, apresentando o alcaide carioca ao mercado empresarial em São Paulo. Nos próximos meses ele aceitará todos os convites para eventos empresariais em São Paulo e relacionamento com a mídia econômica.

■ **Outro ponto focal será o uso dos camarotes oficiais da Prefeitura no Carnaval. Será o primeiro Carnaval que terá Cavaliere como anfitrião e ele estará sozinho, já que o governador eleito Douglas Ruas já avisou que não terá o camarote do estado na Sapucaí em 2027.**

■ No camarote do Prefeito haverá a concentração dos convidados institucionais do poder Executivo federal, do Judiciário e Legislativo. O espaço será ampliado e incorpora o setor 7 e 9, além do camarote da Invest. Rio.

Autoridades do STF e do STJ e referência internacional na luta antirracista marcam encontro histórico no Rio

FOTOS ROSANE NAYLOR



Mesa de abertura; a juíza Adriana Cruz, o desembargador Theophilo Antônio Miguel Filho, diretor Centro Cultural Justiça Federal, o ministro STJ Marco Aurélio Bellizze, o presidente do STJ, ministro Luís Felipe Salomão, o presidente do TRF2 desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, o presidente do STF ministro Luiz Edson Fachin, o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional da Justiça, o ministro do TST Antônio Fabrício de Matos, o desembargador Roque Lucarelli e a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza



Aula magna do ministro Luiz Edson Fachin



Aula magna do presidente do STJ ministro Luís Felipe Salomão



O desembargador Marco Aurélio Bezerra de Mello, a juíza Eunice Haddad e o ministro Luís Felipe Salomão com os desembargadores Cláudio Brandão e Mauro Martins



O ministro Benedito Gonçalves, o desembargador Federal Theophilo Antônio Miguel Filho com os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O ministro Luiz Edson Fachin, presidente do STF com o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional de Justiça



O ministro Luiz Edson Fachin com a juíza Adriana Cruz



Os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O Centro Cultural da Justiça Federal esteve lotado



O ministro Luis Felipe Salomão com as juízas Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Adriana Cruz e Eunice Haddad com o desembargador Mauro Martins

No mês da Consciência Negra, o Rio de Janeiro foi sede da 9ª edição do Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (Enajun), reunindo magistrados e especialistas para debater e formular estratégias contra o racismo estrutural no sistema de Justiça, em uma programação com o tema "Avanços, Impactos e Desafios para a Próxima Década", encerrada na última sexta-feira 13/11.

Ao longo dos três dias, importantes nomes da comunidade jurídica e internacional e especialistas na área passaram pelo encontro, com a palestra de abertura da ativista norte-americana Fania E. Davis e as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Bellizze, o corregedor Nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, e o Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão.

Ao final do Enajun, a juíza federal Adriana Cruz apresentou a Carta do Rio de Janeiro, com os principais pontos debatidos no encontro.

■ **IDENTIDADE PETISTA - O prefeito de Maricá e vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, defendeu, durante reunião do Diretório Nacional petista, em Brasília, que 2027 seja dedicado a uma ampla discussão sobre a identidade do partido, sua relação com a população e seu papel na transformação social do país, deixando de lado disputas internas. "Muito menos para debater se eu gosto do Edinho ou se o Edinho gosta de mim, e a gente ficar em luta interna, e muito mais para debater quem é o PT, quem é o Brasil, quem somos nós", afirmou. Quaquá também cobrou uma aproximação com a base social da legenda, destacando que cerca de 90% dos brasileiros recebem até três salários mínimos. "Temos que voltar a ser reformistas e ser menos conservadores. Não somos um partido de classe média, que defende privilégios. Somos o partido do povo brasileiro", declarou.**

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Reforma tributária: entre o manicômio e o desconhecido

A adaptabilidade, a capacidade do ser humano de se acostumar com qualquer situação, é apontada pela biologia como uma das características que faz o homem ter domínio sobre as demais espécies. Há milênios, existe gente no deserto e também no Pólo Norte. No alto do Himalaia e vivendo na Holanda, abaixo do nível do mar.

Somente, porém, uma situação muito extrema fará um esquimó sair de onde vive para se juntar a um beduíno no Saara. O mesmo fator que ajuda o homem a se adaptar a qualquer lugar e situação é também o que o faz resistir a mudanças.

Talvez a adaptabilidade ajude a explicar a fase atual da reforma tributária. Na terça-feira (17), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará uma audiência pública para discutir os problemas que persistem para que se inicie no ano que vem a reforma tributária.

Há mais de 30 anos, é um consenso na sociedade brasileira a necessidade de reformar o sistema de impostos do país. Tão complexo, cheio de tributos que se sobrepõem, com cobranças feitas várias vezes em diversas etapas, que passou a ser batizado de "manicômio tributário". Depois de anos de tentativas e de discussões, finalmente se chegou a um novo modelo de cobrança.

parentemente simples, substitui tudo o que hoje se cobra por dois Impostos de Valor Agregado (IVAs), um cobrado pela União (que vai se chamar Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), outro pelos estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). Resolveu-se criar ainda um terceiro imposto, com alíquota maior para aquilo que faz mal à saúde ou à natureza, o Imposto Seletivo, que ganhou o apelido de Imposto do Pecado.

Pronto. Abriu-se o caminho para que o brasileiro tivesse alta do manicômio. Às vésperas da audiência na CAE, no entanto, há sinais de que ele talvez tenha se acostumado com o hospício e prefira não sair dele.

No dia 6 de novembro, chegou às mãos do presidente da CAE, senador Eduardo Braga (MDB-AM), uma carta aberta assinada por 75 entidades representativas do setor produtivo brasileiro pedindo o adiamento do início da reforma tributária. A mudança prevê que no ano que vem se inicie o período de testes do novo modelo, uma fase de transição na qual os novos impostos começarão paulatinamente a ser cobrados juntamente com os atuais. A cada ano, a proporção dos novos aumenta, a dos atuais diminui, até que em 2032 só se cobrem os três novos impostos.

Por que o setor produtivo pede para ficar mais um tempo no manicômio? Não é por loucura, mas por racionalidade. A razão é que ainda existe uma série de fatores que precisam ser mais bem esclarecidos.

O primeiro grande problema está relacionado à alíquota de cobrança da CBS, o imposto federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou que essa alíquota ficará em 11,3%. É muito mais alta do que se imaginava quando se aprovou a reforma: uma alíquota em torno de 9%. Unindo-se, então, a CBS ao IBS, o cálculo é que, ao final, o brasileiro pagará uma altíssima alíquota média de mais de 30% sobre o produto ou o serviço que consumir.

A primeira coisa que vai se discutir na CAE na terça-feira, portanto, é se há alguma forma de reduzir esse valor. O Congresso terá que fixar a alíquota até o final do ano para que os testes possam acontecer no ano que vem.

Quanto à IBS, durante um bom tempo houve uma briga entre os municípios para definir a sua composição. Finalmente, a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que representa capitais e cidades maiores, e a Confederação Nacional dos Municípios (CMN), mais ligada às cidades menores, chegou a um acordo, e foram indicados os 27 representantes municipais (os 27 secretários de Fazenda são os representantes estaduais). Mas ainda há diversas dúvidas.

"A apuração assistida de CBS e IBS é instável e incompleta, e não há ambiente de testes com dados e cenários equivalentes aos de produção", reclamam as 75 entidades que assinaram a carta aberta.

O sistema tributário atual pode ser um manicômio. Mas entre o hospício e o desconhecido, os empresários parecem querer ficar com o hospício.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A América Latina convertida

Nos anos sessenta e setenta, a América Latina, em especial a do Sul, superou grave risco político ao frear a escalada das esquerdas, financiadas pela União Soviética via Havana, que visava levar a região para área de influência comunista, inclusive aproveitando a orientação mais à esquerda do governo Carter.

A reação através dos regimes de influência militar, como no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi positiva também sob o ponto de vista da economia. Na Argentina, a violência extrapolou e marcou um período difícil, enquanto o Chile deu seu grande impulso com os anos com ordem e progresso proporcionado pelos feitos do regime ao buscar respaldo na chamada "escola de Chicago". O Uruguai comprovou o alto nível da educação no país, ao eleger governos mais à esquerda que não mexeram na estrutura capitalista que fez de sua capital uma das principais praças bancárias da América Latina.

Hoje Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Bolívia estão alinhados ao capitalismo e crescendo na economia e no social. Não faz sentido o Brasil fugir a esta realidade. O modelo que encanta o mundo petista está derretendo, desde a Venezuela a Cuba, que vive degradação de dar pena.

As chances de o Brasil tirar maior proveito são pequenas, pois ainda persiste uma mentalidade protecionista cheia de barreiras ao empreendedor. Já será um ganho não afrontar a realidade do momento. Lula nem sempre, tem mostrado juízo ao recuar da agressividade em relação aos EUA, quando viu que a população quer progresso e não discurso. Na ONU ninguém deu bola, mas para discurso.

O Brasil tem vocação conservadora, votando nas majoritárias federais em nomes de esquerda ou do baixo populismo, pela falta de lideranças e de união. Mas fez uma maioria parlamentar que garante o respeito ao razoável.

E Lula parece outro, ouvindo economistas e empresários, embora ache a crise menor do ela é. Pode inaugurar uma esquerda realista que saiba conviver com o capital como ocorre na Europa e nos EUA.

EDITORIAL

O trabalho e o cuidado que a lei não garante

Restringir o acesso a atividades que provocam danos à população pode ser uma medida necessária, mas está longe de representar uma solução completa. Quando o assunto envolve compulsões e dependências, a proibição atua sobre a oferta, mas não necessariamente sobre o comportamento de quem já desenvolveu uma relação problemática com determinada prática. É por isso que o enfrentamento dos vícios precisa ser tratado também como uma questão de saúde pública, com políticas permanentes de prevenção, acolhimento e tratamento.

A decisão de proibir as bets no Brasil representa uma tentativa de conter um problema que ultrapassou o campo financeiro e passou a afetar a saúde mental, as relações familiares e a vida profissional de milhares de pessoas. Entretanto, a interrupção do acesso às plataformas não apaga dívidas, ansiedade, depressão ou a dificuldade de controlar o impulso de apostar. Para quem já enfrenta uma dependência, a retirada do estímulo não significa o fim do sofrimento.

Os números ajudam a dimensionar o desafio. Entre 2018 e 2025, os atendimentos relacionados a jogo patológico e problemas com apostas cresceram cerca de 140% no Sistema Único de Saúde. A projeção do Ministério da Saúde aponta para uma nova elevação até 2028. Além disso, um estudo estima em R$ 38,8 bilhões anuais o custo social associado aos jogos, com a maior parte desse valor relacionada a consequências na saúde. Não se trata, portanto, de um problema restrito às escolhas individuais ou ao orçamento doméstico. Seus efeitos alcançam toda a sociedade.

A compulsão não desaparece por decreto. Pessoas que desenvolveram comportamentos viciantes precisam de acompanhamento especializado para compreender os fatores que alimentam essa relação, recuperar o controle sobre a própria rotina e reconstruir vínculos afetados. Sem esse suporte, existe o risco de que o sofrimento permaneça ou encontre outras formas de manifestação. A resposta do poder público precisa considerar a dimensão psicológica e comportamental do problema, e não apenas suas consequências mais visíveis.

Isso exige investimento consistente na rede pública de saúde. É necessário ampliar a oferta de atendimento psicológico, fortalecer os serviços de saúde mental, preparar profissionais para identificar sinais de dependência e capacitar equipes para acolher pacientes sem julgamento.

OPINIÃO DO LEITOR

Lugar privilegiado

Há 1,5 milhão de anos surgiram os primeiros textos produzidos pelo ser humano. No universo das artes, a literatura tem um lugar privilegiado. A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo. A literatura lida com palavras. Sons e sentidos são a matéria do prosador e do poeta, assim como a pedra e o bronze são a matéria do escultor.
José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Chefe da pasta de Educação será anunciado nesta segunda-feira

Douglas Ruas anuncia Educação e avança na montagem do governo

A agenda de anúncios do governador eleito Douglas Ruas (PL) avança nesta segunda-feira (16), quando será apresentado o nome que comandará a Secretaria de Estado de Educação em seu governo. A divulgação está marcada para as 15h, na sede da Firjan, na Avenida Graça Aranha, no Centro do Rio. O movimento dá sequência à montagem do primeiro escalão e ocorre depois de Ruas revelar, na última sexta-feira, os integrantes da futura cúpula da Segurança Pública. Na ocasião, confirmou a a pasta da Secretaria de Segurança, com as polícias Civil e Militar subordinadas a uma mesma estrutura. A escolha para a Educação é mais um passo na organização da gestão que começa em 2027. O anúncio é mais uma etapa da composição do secretariado e ocorre em meio à expectativa sobre os próximos nomes que integrarão a equipe do governador eleito.

Segurança terá comando integrado

A futura Secretaria de Segurança Pública será chefiada pelo delegado Lauro César Lethier Rangel. Douglas Ruas também anunciou Robson da Costa Ferreira da Silva para a chefia da Polícia Civil e o coronel Gilbert dos Santos para o comando-geral da Polícia Militar. A estrutura reunirá as duas corporações sob uma mesma pasta, modelo defendido por Ruas durante a campanha. Os nomes definem a equipe responsável pela área.

MONTAGEM / DIVULGAÇÃO



Cúpula da Segurança Pública do RJ para o Governo Ruas: Coronel Gilbert dos Santos será comandante-geral da PM; Lauro Rangel será secretário de Segurança; e Robson da Silva o chefe da Polícia Civil

Turismo e Cultura unidos

A possibilidade de reunir Turismo e Cultura em uma única secretaria de estado no governo Douglas Ruas já havia sido antecipada pela Coluna Magnavita. Em sua coluna de 13 de novembro, o Correio da Manhã apontou que a fusão integra o plano de enxugamento administrativo e citou experiências de outros estados, como Minas Gerais. A proposta aproxima políticas culturais e promoção turística, áreas que dialogam na economia fluminense, sobretudo na agenda de eventos e patrimônio.

Transição em ritmo acelerado

A expectativa pelos próximos anúncios do governador eleito Douglas Ruas cresce à medida que a transição avança. Poucos dias após a eleição, o futuro chefe do Executivo já começa a revelar nomes para pastas estratégicas, como Segurança Pública e Educação. A antecipação das escolhas movimenta os bastidores políticos e permite conhecer gradualmente o desenho da nova administração.

Sessão Especial

O Senado realiza nesta segunda (16), às 10h, sessão especial em homenagem ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A iniciativa, requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), também marcará a abertura da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência e do Racismo contra as Mulheres.

Maior presença

O Senado terá, em 2026, o maior percentual de parlamentares negros eleitos desde 2014. Dos 54 candidatos escolhidos para a Casa, 16 se declararam pretos ou pardos, o equivalente a 29,6%. O levantamento do TSE aponta avanço em relação a 2018, quando os negros representaram 26% dos eleitos, e a 2022, com 22%. O dado é histórico.

Abaixo da proporção

Apesar do recorde, a presença negra no Senado ainda está abaixo da proporção da população brasileira. Pretos e pardos representam 56% dos habitantes, segundo o Censo 2022, mas corresponderam a 29,6% dos eleitos em 2026. Entre os concorrentes ao Senado, eram 36,3% dos 319 candidatos, conforme dados do TSE.

Ativismo nacional

A programação dos 21 Dias de Ativismo no Congresso começa em 20 de novembro e segue até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Com o tema "Combatendo violência e desigualdade para transformar realidades", a campanha prevê seminários, audiências e atividades com representantes do poder público e da sociedade civil.

Cenário eleitoral

A representatividade negra também apresenta diferenças entre os cargos disputados em 2026. Na Câmara, foram eleitos 135 parlamentares pretos e pardos, 26,3% das vagas, mesmo percentual de 2022. Já nas assembleias legislativas, a participação caiu de 35% para 31,2%, segundo levantamento do TSE. Os números mostram avanços e desigualdades.

Governadores

Entre os 27 governadores eleitos em 2026, nenhum se declarou preto e seis se identificaram como pardos, grupo que integra a população negra. O percentual, de 22,2%, representa recuo em relação a 2022, quando nove governadores pardos foram eleitos, correspondendo a 33,3% do total. O resultado evidencia a baixa presença negra no Executivo.

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Alexandre de Moraes mantém boas relações com presidente do Senado

Com Alcolumbre, ministros do STF não devem sofrer impeachment

Derrota de Flávio esvaziou poder do PL para impor ação contra STF no Senado

Por **Gabriela Gallo**

Em 1º de fevereiro ocorrerão as eleições para a presidência do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já aparenta ter votos suficientes para ser reeleito. Não é o caso do candidato à reeleição no Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que deve disputar contra Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS), emborta ele ainda seja considerado favorito.

A Federação União Progressista (União Brasil e PP), maior bloco do centrão, declarou apoio à sua continuação. Articulações de bastidores apontam que Alcolumbre tem diálogos avançados com parlamentares de MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PT.

Processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) eram prioridade na maior bancada do Senado, o Partido Liberal (PL), que terá 29 dos 81 senadores na Casa, mas o jogo de forças mudou.

"A derrota de Flávio mudou de uma maneira muito clara as prioridades do PL, que quer seguir com o poder conquistado para a Câmara e para o Senado. Talvez agora o partido não queira se desgastar tanto com ministros do Supremo dando continuidade ao tensionamento institucional que sempre houve no bojo do bolsonarismo", disse ao Correio da Manhã o cientista político e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rodrigo Prando.

Ele considera que a partir do ano que vem a tese de impeachment começa a perder força, a depender da dinâmica do governo Lula. "Não me parece que Davi Alcolumbre queira assumir essa função", destacou. O presidente do Senado tem ligações estreitas com Alexandre de Moraes e outros ministros. Além disso, o Senado nunca realizou um impeachment no STF. Para ser submetido a processo, o ministro precisa ter cometido crime de responsabilidade.

Apesar de ser citado nos relatórios da Polícia Federal (PF) por supostas relações com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro do escândalo do Banco Master, Moraes (e os demais ministros do Supremo indicados no processo) ainda estão sendo investigados. Não há nada comprovado e não há nos partidos do centrão a mesma disposição pelo impeachment que havia no PL, o que faz prever o esfriamento do assunto se Alcolumbre for eleito.

Centrão aguarda volta de Lula do exterior para destravar negociações sobre ministérios

Caciques esperam o presidente para discutir ministérios e condições de apoio ao quarto mandato

REPRODUÇÃO REDE SOCIAL



Hugo Motta, Davi Alcolumbre, líder do PT, Pedro Uczay, e ministro José Guimarães comemoram ajuste com o governo

Por **Beatriz Matos**

Uma foto divulgada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nas redes sociais na sexta-feira (13), sinaliza o momento da relação entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Congresso Nacional. Ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), do ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, e do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), Motta demonstrou disposição para avançar com o pacote de ajuste fiscal do governo. Mas deixou em aberto uma nova rodada de conversas: "Acertamos também que, assim que o presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas".

A expectativa pelo retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Brasil, entre esta segunda-feira (16) e terça-feira (17), mobiliza dirigentes partidários que negociam espaço no próximo governo. Enquanto o Executivo acumula vitórias no Legislativo e busca aprovar medidas consideradas fundamentais para o início do quarto mandato, integrantes do centrão reivindicam uma participação mais robusta na Esplanada dos Ministérios.

O movimento ocorre em meio à cobrança do Palácio do Planalto por maior fidelidade dos partidos de centro nas votações. Dispostos a integrar a próxima gestão do presidente Lula, os partidos defendem que o compromisso com a agenda governista seja acompanhado de uma redistribuição dos espaços de poder. Na avaliação de presidentes partidários, o espaço que algumas siglas ocupam no governo é menor do que o peso que têm no Congresso.

Lula encerra nesta segunda-feira sua agenda internacional na Espanha, onde tem encontro previsto com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. No retorno, deve receber do presidente nacional do PT, Edinho Silva, um balanço das conversas conduzidas nas últimas semanas com dirigentes partidários. A partir daí, a expectativa é que o próprio presidente assuma a etapa decisiva das tratativas, discutindo nomes, ministérios e as condições para a formação da base aliada.

Entre os interlocutores com os quais Lula pretende conversar estão os presidentes nacionais do PSD, Gilberto Kassab, e do Republicanos, Marcos Pereira. As legendas já apresentaram suas demandas à direção petista, mas aguardam uma definição diretamente do chefe do Executivo sobre o espaço que poderão ocupar.

A construção de uma maioria foi defendida por Edinho Silva na sexta-feira, após a primeira reunião do Diretório Nacional do PT desde as eleições. O dirigente confirmou que as negociações ministeriais estão em andamento e ressaltou que a composição do governo deverá envolver compromissos com as prioridades defendidas por Lula durante a campanha.

"Estamos conversando com os partidos para definir os ministérios. Uma agenda de Brasil. Não é só compor governo", afirmou. "Se nós conseguirmos compor com os partidos que nos deem sustentação, é evidente que fica mais tranquilo."

MINISTÉRIOS DE PESO

Entre as siglas que buscam ampliar a participação no governo estão PP e Republicanos. Apesar de terem apoiado a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições, os dois partidos mantêm interlocução com o Planalto e trabalham para integrar a próxima gestão.

O Republicanos aposta na posição de Hugo Motta, que busca a reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, como um dos principais argumentos para ampliar sua representação no Executivo. A legenda reivindica uma segunda pasta e pretende ocupar espaços com maior capacidade de execução de políticas públicas.

O PP, por sua vez, considera insuficiente a participação representada pelo Ministério do Esporte e busca uma estrutura com maior orçamento e influência política. Entre as áreas que despertam interesse das legendas estão Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, justamente algumas das pastas mais estratégicas para o projeto político do PT.

A disputa esbarra na resistência dos petistas em abrir mão de ministérios responsáveis por programas associados diretamente à imagem de Lula. No Desenvolvimento Social, por exemplo, está concentrada a gestão do Bolsa Família, uma das principais vitrines do governo.

O PSD trabalha para preservar sua participação na Agricultura e ampliar a presença em setores de infraestrutura. Kassab tem como argumento nas negociações a neutralidade adotada pelo partido no segundo turno, quando a direção nacional liberou os diretórios estaduais para definir seus posicionamentos.

O MDB também pretende preservar sua representação no primeiro escalão, enquanto o União Brasil negocia sua participação no novo mandato em meio às articulações pela permanência de Davi Alcolumbre no comando do Senado Federal.

FIDELIDADE

O principal entrave nas conversas é a dificuldade de os dirigentes assegurarem que suas bancadas acompanharão integralmente as orientações do Executivo na Câmara e no Senado. Partidos como PSD, MDB, União Brasil e PP reúnem parlamentares de diferentes perfis ideológicos, incluindo nomes alinhados à oposição.

As lideranças defendem que o Planalto considere essas divergências na negociação. A adesão de uma legenda ao governo, não significa que todos os seus integrantes votarão de maneira uniforme em temas econômicos, sociais ou de segurança pública.

A posição contrasta com o modelo de governabilidade defendido pelo ministro José Guimarães, que já manifestou preferência por uma base menor, desde que coesa e comprometida com as políticas do Executivo. O objetivo do governo é evitar a repetição de situações do atual mandato, em que partidos contemplados com ministérios não necessariamente acompanharam as orientações governistas em votações importantes.

O comportamento dos senadores na última semana mostra esse desafio. O projeto de ajuste fiscal teve sua urgência aprovada por uma margem de apenas dois votos, mas recebeu o apoio de 45 parlamentares na votação do texto-base. O avanço da proposta, relatada por Eduardo Braga (MDB-AM), ocorreu após mudanças que incorporaram demandas de senadores governistas e da oposição.

Ainda restam quatro destaques, previstos para serem analisados nesta terça-feira, antes do envio do projeto à Câmara. Hugo Motta já sinalizou que dará prioridade à medida, mas pretende discutir o calendário na reunião com os líderes das bancadas.

Outra demonstração da capacidade de articulação do governo ocorreu no início do mês, com a aprovação da PEC da Segurança Pública. A proposta do Executivo recebeu 75 votos favoráveis e nenhum contrário no segundo turno no Senado, após a decisão de separar do texto as emendas sobre redução da maioridade penal.

COMANDO DO CONGRESSO

A distribuição dos ministérios também ocorre em paralelo às negociações pelas presidências da Câmara e do Senado. A permanência de Motta e Alcolumbre na base governista e no comando das duas Casas é vista como estratégica pelo Planalto, que terá de lidar com uma oposição fortalecida na próxima legislatura.

Um dia após a vitória eleitoral, Lula recebeu os dois presidentes no Palácio da Alvorada e sinalizou apoio às suas reeleições. Desde então, o diálogo entre os três passou a integrar a construção das alianças para 2027.

A situação de Alcolumbre, é mais delicada. O PL oficializou a candidatura do senador Rogério Marinho (RN) à presidência do Senado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) também articula sua entrada na disputa. O cenário amplia a importância do apoio do governo ao atual presidente da Casa e coloca as negociações ministeriais no mesmo radar das eleições internas do Legislativo.

Lula pretende concluir as tratativas para a formação da nova equipe antes do fim do ano. Até lá, precisará conciliar as reivindicações dos partidos de centro, os interesses do próprio PT e os compromissos assumidos com aliados durante a campanha.

O apoio conquistado nas primeiras votações após as eleições será um dos parâmetros dessa negociação. O desafio do Planalto será transformar as maiorias construídas em uma base capaz de sustentar os próximos quatro anos de governo.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Rui Costa levou o recado de Lula à equipe econômica

Governo estuda como fazer um antipacote contra o calote do Agro

É isso mesmo. O presidente Lula está cobrando da equipe econômica que seja preparado um recado duro do governo aos produtores agrícolas que não estão pagando suas dívidas junto ao Banco do Brasil.

Essa turma é chamada dentro do governo de "caloteiros": têm como pagar, mas dão o calote porque esperam um novo pacote de renegociação de dívidas.

Lula quer que o recado tenha a força de um pacote, muito embora saiba que a fórmula para esse antipacote será difícil de encontrar.

Ele também sabe que, além de interesses políticos, o calote ganha força por causa dos sucessivos pacotes que os governos - inclusive os dele próprio - costumam editar com perdões e renegociações de dívidas.

Daí a expressão "antipacote", um pacote contra pacotes.

Abin acionada sobre ligações políticas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já está sendo acionada para levantar as ligações políticas dos caloteiros.

A Abin é o órgão da Presidência da República vinculado à Casa Civil e encarregado de investigar ações coordenadas contra o Estado brasileiro.

A suspeita no Planalto é de que os caloteiros sejam ligados a grupos bolsonaristas e que, na verdade, estejam atuando numa articulação semelhante à dos caminhoneiros logo após a eleição de Lula.

VALTER CAMPANATO/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Caminhoneiros fecharam estradas contra eleição de Lula

"Risco Moral" é como o mercado chama calotes

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, admitiu que "não contava com a persistência e a intencionalidade do risco moral". Risco moral ocorre quando um devedor, mesmo tendo condições de pagar, não fazê-lo por crer que em uma renegociação mais vantajosa ou benefício no futuro.

O vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do BB, Gilson Alceu Bittencourt, avalia que "muitos produtores" não optaram pela renegociação agora porque esperam uma solução do Congresso com condições mais vantajosas.

Lucro do banco despencou 66,5%

Os caloteiros do agronegócio são clientes de médio ou grande porte do BB. Nada têm a ver com famílias de pequenos lavradores. Estão concentrados em algumas regiões do país e em algumas culturas em que a inadimplência passa dos 50%. Com isso, O lucro líquido ajustado do banco despencou 66,5% no 3º trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, fechando em R$ 1,27 bilhão.

Mea culpa, mea culpa

Lula criou o de Desenrola no seu terceiro mandato para aliviar os endividados. Era necessário e, segundo o governo, deu certo. Mas a área econômica e o próprio presidente admitem que se criou uma expectativa de seguidos programas de renegociação. Teve Desenrola 2.0, que confirmou essa expectativa. E agora a turma acostumou.

Vício de renegociação

Foram três os Desenrola do governo, mas com a vantagem de serem voltados para pessoas físicas com limitação de renda e dívidas já dadas como impagáveis. Para a área rural, além do Desenrola Rural, teve o pacote de R$ 12 bilhões de setembro de 2025, e a repactuação de dezenas de bilhões de reais em 2026 por conta de quebras de safra.

Estados viciados

Os estados também se acostumaram. Agora teve o Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), para renegociar de dívidas de estados com a União que somam centenas de bilhões de reais. Destaque para Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Prevêm-se descontos e prazos de pagamento de até 30 anos.

Todos os governos

O governo de Jair Bolsonaro também renegociou a dívida dos estados. E os anterios - quase todos desde a redemocratização - também. E teve uma Medida Provisória do Contribuinte Legal, destinada a pessoas físicas e empresas com créditos classificados como de difícil recuperação (faixas C e D). Ofereceu descontos de até 70% sobre o valor total.

Tereza Cristina renegocia

A senadora senadora Tereza Cristina (PP-MS), candidata a presidente do Senado pela oposição, atuou como relatora da recém-aprovada MP da renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados por perdas de safra e dificuldades financeiras. Deu prazo de pagamento que pode chegar a dez anos com juros anuais entre 5% e 12%.

Líder petista renegociou

Antes do Senado a MP das dívidas dos produtores rurais foi aprovada na Câmara. Lá, o relator foi o líder do governo, Paulo Pimenta (PT-RS). A MP autoriza o uso de R$ 12 bilhões do superávit financeiro de 2024 para o crédito rural destinado a produtores prejudicados por perdas com condições climáticas adversas de 2020 a 2024.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Senado vota destaques de pacote de ajustes fiscais nesta terça (17)

Semana tem foco em pacote de ajuste fiscal e reforma tributária

Governo deve publicar nesta semana decreto detalhando fim da escala 6x1

Por **Gabriela Gallo**

A semana de votações no Congresso começa com a decisão no plenário do Senado sobre os destaques ao projeto de lei complementar que estabelece o pacote de ajuste fiscal para 2027 (PLP 299/2026). O texto-base foi aprovado na semana passada. Nesta terça-feira (17) os senadores votam pontos destacados, como a retirada do mecanismo que permite ao governo limitar o uso de créditos tributários obtidos pelas empresas para abater impostos devidos.

O pacote prevê contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. Estima a melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027. Aprovado, segue para a Câmara. Na sexta-feira (13), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e se comprometeu a acelerar a tramitação assim que o texto chegar do Senado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Nesta terça-feira a partir das 10h na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discute o cálculo da alíquota de referência da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a alíquota de 11,3%. Na quarta-feira à partir das 10h, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza uma audiência pública sobre o mesmo tema com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

6X1

A expectativa é que o Ministério do Trabalho publique nesta semana o decreto regulamentando detalhes operacionais sobre o fim da escala 6x1. Segundo o ministro Luiz Marinho, a distribuição dos descansos poderá variar conforme características de cada atividade, desde que sejam respeitados o acordos coletivos e as condições da Emenda Constitucional nº 141/2026, que determina a escala 5X2.

O tema também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator Flávio Dino determinou a manutenção do período de transição, mas permitiu ajustes, mas o ministro Luiz Fux pediu pediu para levar o assunto ao plenário físico. Até lá seguem preservados o calendário de transição aprovado pelo Poder Legislativo, com o início da escala 5X2 e a redução da jornada de trabalho.

SÉRGIO CABRAL
Jornalista

Insegurança Pública

O estado do Rio de Janeiro é a minha paixão. Seu povo é a síntese do país. O grande presidente Fernando Henrique Cardoso o definiu como o "Farol do Brasil". Essa definição serve para o bem e para o mal.

E há um mal que tem corroído nossa vida em sociedade: a insegurança pública. E que, no Rio, está escancarada.

Trago aqui um termômetro econômico importante: o setor automotivo.

Veja os dados de emplacamentos totais de veículos de passeio e comerciais de janeiro a outubro deste ano nos principais mercados do país, de acordo com o RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores.

1º Minas Gerais (MG): 581.090 veículos (24,1%); 2º São Paulo (SP): 547.205 veículos (22,7%); 3º Paraná (PR): 216.105 veículos (9,0%); 4º Santa Catarina (SC): 110.325 veículos (4,6%); 5º Rio Grande do Sul (RS): 107.790 veículos (4,5%); 6º Rio de Janeiro (RJ): 97.072 veículos (4,0%); 7º Bahia (BA): 84.073 veículos (3,5%); 8º Goiás (GO): 75.763 veículos (3,1%); 9º Pernambuco (PE): 66.934 veículos (2,8%); 10º Ceará (CE): 51.097 veículos (2,1%). Outros estados: 473.211 veículos (19,6%). Total Brasil: 2.410.665 veículos automotores emplacados, de janeiro a outubro de 2026.

Os dados acima dizem muito com respeito à economia e à segurança pública.

Outro dado assustador é o preço médio do seguro de automóveis. Veja os números da Minuto Seguros/Creditas de 2025, relativos às 11 principais capitais dos estados brasileiros. Homens: Rio de Janeiro: R$ 3.410,55; Florianópolis: R$ 1.950,06; Média das 11 capitais: R$ 2.278,64. Mulheres: Rio de Janeiro: R$ 3.714,25; Florianópolis: R$ 2.069,59; Média das 11 capitais: R$ 2.277,93.

Ora, a insegurança impacta diretamente o custo do seguro e a força da economia de um lugar. O governo do estado perde receitas com o IPVA, e a pessoa paga mais caro pelo seguro do seu automóvel. Um verdadeiro perde-perde.

O botânico e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, após visita ao Brasil na primeira metade do século XIX, cunhou uma frase célebre:

"Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil."

A saúva do século XXI é a insegurança pública.

MARCELO ALMEIDA
Advogado. Especialista em Direito Penal

Maioridade penal e limites constitucionais

A discussão sobre a redução da maioridade penal voltou ao centro do debate sobre segurança pública no Brasil. A possibilidade de responsabilizar criminalmente adolescentes com menos de 18 anos levanta questões constitucionais, jurídicas e sociais, especialmente em relação às regras previstas na Constituição Federal e à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais do que uma discussão sobre idade, o tema envolve a capacidade do Estado de responder a atos infracionais graves, proteger a sociedade e oferecer condições para a ressocialização.

O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e estão sujeitos à legislação especial. Essa regra constitui a base do atual modelo brasileiro de responsabilização juvenil. Para alterar a idade prevista constitucionalmente, seria necessária uma proposta de emenda à Constituição, submetida ao procedimento legislativo específico, com aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Um dos principais obstáculos jurídicos está na discussão sobre os limites do poder de reforma constitucional. Parte dos juristas entende que a maioridade penal aos 18 anos integra o conjunto de direitos e garantias individuais protegidos contra propostas de emenda tendentes a aboli-los, conforme o artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV, da Constituição. Outros defendem a possibilidade de discutir uma alteração que não elimine direitos fundamentais. A controvérsia demonstra que qualquer proposta precisa enfrentar não apenas o debate político, mas também uma análise constitucional rigorosa.

A redução da maioridade penal para 16 anos em determinadas situações, especialmente nos casos de crimes graves, é uma possibilidade que merece ser discutida no país. A proposta envolve a definição de critérios objetivos para a responsabilização, considerando a natureza da infração, as circunstâncias do caso e as garantias processuais necessárias. A gravidade da conduta pode integrar essa discussão, desde que sejam respeitados os direitos fundamentais e os limites estabelecidos pela Constituição.

A experiência internacional oferece referências que podem contribuir para o debate, embora não permita uma comparação automática entre diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as regras variam conforme o estado, e determinadas situações permitem que adolescentes sejam julgados no sistema criminal destinado a adultos. A possibilidade depende de fatores como a legislação local, a idade do jovem, a natureza da infração e as circunstâncias do caso. Esses modelos demonstram a existência de diferentes formas de responsabilização, mas também exigem uma avaliação cuidadosa de seus resultados e de sua compatibilidade com a realidade brasileira.

O Brasil precisa examinar experiências estrangeiras sem ignorar suas particularidades institucionais e sociais. A adoção de qualquer modelo deve considerar o funcionamento do sistema de Justiça, a estrutura disponível para o cumprimento das medidas e a capacidade do poder público de assegurar acompanhamento adequado aos adolescentes. Uma eventual mudança legislativa não pode ser tratada isoladamente, como se a alteração da idade, por si só, fosse suficiente para enfrentar a criminalidade.

Atualmente, adolescentes que praticam atos infracionais estão sujeitos às medidas socioeducativas previstas no ECA. Entre elas estão a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação. A aplicação dessas medidas deve considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do caso e a capacidade do adolescente de cumpri-las. O sistema também prevê garantias processuais, como o direito à defesa técnica e ao devido processo legal.

O debate sobre a redução da maioridade penal não deve ignorar a importância da proteção integral prevista na Constituição, especialmente no artigo 227, que estabelece deveres da família, da sociedade e do Estado em relação a crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, é necessário considerar os direitos das vítimas e a segurança da população. A busca por equilíbrio exige discutir mecanismos de responsabilização proporcionais à gravidade das condutas, sem transformar a proteção dos jovens e a defesa da sociedade em objetivos necessariamente incompatíveis.

Também é fundamental reconhecer que mudanças na legislação precisam ser acompanhadas de políticas públicas de prevenção, educação, formação profissional e ressocialização. A ausência de oportunidades, a evasão escolar e a fragilidade das redes de proteção são fatores que merecem atenção na formulação de estratégias de segurança pública. Da mesma forma, a capacidade do sistema prisional e os possíveis efeitos de uma alteração sobre a reincidência devem integrar a avaliação de qualquer proposta.

A redução da maioridade penal envolve questões que não podem ser resolvidas apenas por meio de posições favoráveis ou contrárias. É necessário avaliar os limites constitucionais, os modelos de responsabilização existentes, as evidências disponíveis e as consequências práticas de eventuais mudanças. O Brasil precisa ampliar esse debate com responsabilidade, buscando respostas jurídicas consistentes e políticas públicas capazes de proteger a sociedade, respeitar os direitos fundamentais e aperfeiçoar a responsabilização juvenil.

LUCAS BERLANZA
Presidente do Instituto Liberal

Lula prometeu gastança, não ajuste fiscal

O psolista Guilherme Boulos, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou que a cobrança de setores da imprensa ou da elite brasileira por uma agenda de "ajuste fiscal" por parte de Lula é um erro. Segundo ele, a chapa do PT não prometeu nada disso e quem cobra isso "não entendeu a eleição". A agenda econômica ortodoxa ou mais liberal teria sido derrotada, portanto, não se pode querer dobrar a agenda vencedora às próprias vontades.

Deixando de lado os absurdos do processo eleitoral, realmente, o eleitor do PT coroou uma agenda sincera de gastança desenfreada e irresponsabilidade. Já o havia feito em 2022, quando alguns preferiram se iludir com conversas telepáticas fictícias com o petista em que ele prometeria uma razoabilidade que nunca chancelou.

A oposição, se conseguir se organizar e agir diante de um sistema judiciário interventor, pode e deve trabalhar para proteger seus eleitores daquelas medidas desastrosas do governo que puderem ser impedidas. Porém, do governo, só se pode esperar que trabalhe por implementar os desvarios que prometeu.

Na prática, não poderá cumprir todos, talvez sequer a maioria, porque a fonte seca. Seus eleitores inevitavelmente terão que aceitar uma boa dose de estelionato eleitoral, que já está no pacote. O que prometeu, porém, foi populismo, e é o que deve entregar. Seja como for, deparando-se os esquerdistas com o que pediram ou com uma traição, o que foi feito nesses quatro anos e, especialmente, nesses dias antes da eleição já contratou um alto preço que não se pode evitar. Para julgar a própria escolha, o eleitor do PT deve experimentar suas consequências. Infelizmente, também experimentaremos, cada um a seu modo.

CORREIO ECONÔMICO

BRUNA OURIQUE / PMC



Perdão será automático, mas exige pagamento do DAS em 2027

Receita cancelará dívidas de MEIs vencidas até a última sexta (13)

As dívidas de contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) com vencimento até a última sexta-feira (13) serão perdoadas automaticamente pela Receita Federal, informou o órgão. O procedimento não exige pedido do contribuinte. Para manter o benefício, porém, quem continuar enquadrado como MEI deverá pagar em dia os boletos mensais do DAS entre janeiro e junho de 2027. A remissão foi estabelecida pela Lei Complementar 238/2026, que perdoou as dívidas dos microempreendedores e aumentou o teto da categoria.

A lei começará a valer em 1º de janeiro de 2027. Até 31 de dezembro deste ano, as dívidas e os parcelamentos continuam ativos. O benefício abrange a parte da contribuição ao INSS incluída no DAS-MEI, desde que o vencimento tenha ocorrido até 13 de outubro de 2026.

Comércio: vendas variam 0,2% em setembro

As vendas no comércio varejista variaram 0,2% na passagem de agosto para setembro. O desempenho faz com que o setor mostre recuo de -0,3% no terceiro trimestre, comparado ao segundo. No acumulado de 12 meses, o setor avança 1,7%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada na sexta (13) pelo IBGE. Apesar de o resultado de agosto para setembro ter ficado no campo positivo, o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, sinaliza que o desempenho deve ser visto como "estabilidade".

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Em 12 meses, setor acumula alta de 1,7%

Indústria: confiança tem menor nível desde 2020

A confiança dos empresários industriais caiu seis pontos em novembro, passando de 46,2 para 40,2 pontos, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria nesta sexta-feira (13). O Índice de Confiança do Empresário Industrial chegou ao menor nível desde maio de 2020, quando marcou 34,7 pontos. Esta foi a terceira maior queda mensal desde o início da série histórica, em 2010. Com o resultado, o setor completa 23 meses abaixo da linha divisória de 50 pontos que separa o otimismo do pessimismo.

Índice baixo afetou as empresas, aponta CNI

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, a falta de confiança já afeta decisões de contratação, produção e investimento, com possíveis reflexos sobre emprego, renda e crescimento econômico. O Índice de Condições Atuais recuou 2,3 pontos, para 37,7 pontos, o menor resultado desde 2020. A avaliação negativa atingiu tanto a economia brasileira quanto o desempenho das empresas.

Normalização I

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que prevê restabelecer até esta segunda-feira (16) os sistemas e serviços temporariamente indisponíveis após o incidente de segurança informado na quinta (12). A interrupção afeta ferramentas de consulta e acesso a documentos, séries históricas e informações disponíveis no site do órgão.

Normalização II

Segundo o Tesouro, a indisponibilidade faz parte das medidas de segurança, análise e recuperação adotadas após o acesso não autorizado. O órgão ressalta que nem todos os sistemas temporariamente fora do ar foram atingidos pelo incidente. As principais estruturas responsáveis pelas operações do Tesouro continuam funcionando.

Dólar

O dólar fechou praticamente estável na sexta-feira (13), cotado a R$ 5,65, mas acumulou alta de 2,63% na semana. Além das incertezas sobre o pacote fiscal do governo, pesou a continuidade das turbulências no mercado internacional. Na bolsa, o Ibovespa subiu 0,66%, aos 172,5 mil pontos, impulsionado por ações de varejistas e petroleiras.

Bolsa brasileira

O Ibovespa avançou 0,66%, aos 172.457,77 pontos, e encerrou a semana com valorização acumulada de 2,35%. As ações de empresas do varejo e de petroleiras contribuíram para o resultado positivo. O desempenho do comércio em setembro, com crescimento acima do esperado, também esteve no radar dos investidores.

Condenado

A 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) confirmou a condenação por improbidade administrativa de um ex-tesoureiro da Caixa Econômica Federal pelo desvio de R$ 889,5 mil de quatro caixas eletrônicos do banco. Segundo a sentença, o dinheiro foi utilizado para a realização de apostas em bets online.

Viagens aos EUA

A Anac orienta os passageiros com viagens marcadas para os Estados Unidos que busquem as companhias aéreas para verificar a situação do voo ou eventuais alterações. Mais cedo, a Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA) determinou uma suspensão nacional de decolagens "devido a circunstância extraordinária".

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082

Governo não renova subsídio de R$ 1,40 ao diesel importado

Benefício para o diesel rodoviário continua em vigor

Da **Redação**

Após um mês em vigor, a subvenção de R$ 1,40 por litro ao diesel importado não será renovada, informou na noite desta sexta-feira (13) o Ministério da Fazenda. O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082 do Ministério da Fazenda, de 13 de outubro.

A decisão não altera a subvenção de R$ 2,12 por litro destinada ao óleo diesel rodoviário, que continua valendo.

A medida de R$ 1,40 havia sido criada para reduzir os efeitos da alta dos preços internacionais dos combustíveis sobre o mercado brasileiro. Segundo a Fazenda, a possibilidade de reavaliar o benefício não está descartada e dependerá da evolução dos preços do petróleo.

DOIS SUBSÍDIOS

As medidas têm valores e regras diferentes. Por isso, o fim de uma delas não significa o encerramento de todo o programa de apoio ao diesel.

R$ 1,40 por litro: benefício específico para o diesel importado, encerrado com o vencimento da Portaria 3.082 de 13 de outubro;

R$ 2,12 por litro: subvenção para o óleo diesel A de uso rodoviário, mantida pela Portaria 3.181, de 27 de outubro, também do Ministério da Fazenda.

A subvenção é um pagamento feito pelo governo a produtores ou importadores para reduzir os custos de comercialização do combustível. O objetivo é diminuir a pressão dos preços internacionais sobre o mercado interno.

O benefício de R$ 1,40 foi anunciado há um mês, em meio à alta do petróleo provocada pelas tensões e pelo conflito no Oriente Médio. A medida tinha validade inicial de 30 dias.

O diesel importado é relevante para o abastecimento brasileiro: mais de 25% do consumo nacional depende de compras externas, segundo o governo.

Quando o preço internacional sobe, o custo de importação também aumenta. A subvenção busca compensar parte dessa diferença e evitar que toda a pressão chegue ao preço do combustível no Brasil. A subvenção de R$ 2,12 por litro foi prorrogada em 27 de outubro por mais 30 dias.

O benefício é destinado a produtores e importadores de óleo diesel A de uso rodoviário. Esse combustível é o diesel puro, antes da mistura obrigatória com biodiesel.

Desempregado pode ter benefício mesmo sem contribuir

Nova decisão do STJ permite reutilizar prazo de proteção previdenciária

Da **Redação**

Trabalhadores que perderam o emprego e deixaram de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem continuar protegidos pela Previdência por até três anos, dependendo do histórico de contribuições e da comprovação do desemprego. Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a segurança jurídica desses segurados e pode alterar a análise de pedidos de benefícios previdenciários em todo o país.

No julgamento realizado em 11 de novembro, a Primeira Seção do STJ decidiu, por unanimidade, que trabalhadores com mais de 120 contribuições mensais, sem interrupção que tenha provocado a perda da qualidade de segurado, podem utilizar mais de uma vez a extensão do chamado período de graça, sem precisar cumprir novamente dez anos de recolhimentos.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador permanece protegido pelo INSS mesmo depois de interromper as contribuições. Em determinadas situações, essa proteção pode alcançar 36 meses, preservando o acesso a benefícios como auxílio por incapacidade temporária e salário-maternidade, além da possibilidade de pensão por morte aos dependentes, desde que cumpridos os requisitos legais.

A decisão representa uma mudança importante na interpretação das regras previdenciárias. Até então, o INSS sustentava que o trabalhador que tivesse utilizado a extensão e posteriormente perdido a qualidade de segurado precisaria completar outro ciclo de contribuições para recuperar o prazo ampliado.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, fundador da DAP Advocacia, a discussão ultrapassa os aspectos previdenciários e envolve a proteção econômica de famílias que enfrentam períodos de instabilidade profissional.

"Quando um trabalhador perde o emprego, muitas vezes ele acredita que também perdeu imediatamente todos os direitos perante o INSS. Isso não é verdade. Dependendo do histórico de contribuições, a proteção previdenciária permanece ativa mesmo sem novos pagamentos. O problema é que o desconhecimento dessas regras pode deixar famílias sem uma renda que seria fundamental em momentos de doença ou falecimento", explica.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM



Novidade abre caminho para contestar negativas de benefícios, inclusive pensões por morte e auxílios por incapacidade

O entendimento se soma a outra decisão do STJ, publicada em julho deste ano, que reconheceu a possibilidade de comprovar o desemprego involuntário por diferentes meios, sem exigir exclusivamente o registro formal da condição perante o Ministério do Trabalho.

Nesse julgamento, o tribunal estabeleceu que a ausência de vínculo na carteira de trabalho, isoladamente, não basta para comprovar o desemprego, sendo necessária a apresentação de outros elementos que demonstrem a situação do trabalhador.

Na prática, as duas decisões podem ser relevantes para pessoas que passaram por sucessivas demissões, períodos de desemprego ou interrupções das contribuições previdenciárias.

"Estamos falando de situações em que uma negativa administrativa pode comprometer a subsistência de uma família inteira. O histórico previdenciário precisa ser analisado corretamente, e uma decisão desfavorável do INSS não significa, necessariamente, que o segurado não tenha direito. Quando a interpretação administrativa contraria a legislação ou a jurisprudência aplicável, existe a possibilidade de contestação", destaca Bruno Durão.

Um dos principais efeitos da decisão está na possibilidade de reavaliar pedidos de benefícios negados por suposta perda da qualidade de segurado.

Associações do agro rebatem o Banco do Brasil

Da **Redação**

Entidades de produtores rurais reagiram à manifestação do Banco do Brasil (BB), que atribuiu a queda de 66,5% no lucro líquido alcançado no terceiro trimestre de 2026 ao aumento da inadimplência, principalmente do agronegócio.

Em nota, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) repudia as declarações da presidente do BB, Tarciana Medeiros, sustentando que as acusações contra médios e grandes produtores rurais transformam "uma grave crise econômica em uma acusação generalizada de má-fé contra quem produz".

Durante a teleconferência na qual anunciou os resultados financeiros que a instituição alcançou no terceiro trimestre, a executiva afirmou que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas.

Pouco depois, o banco divulgou nota à imprensa afirmando que a presidente do banco não atribuiu ao conjunto do agronegócio a responsabilidade pela queda de seus resultados e informou que 90% dos clientes do setor estão com os pagamentos em dia e que os atrasos se concentram em um grupo de médios e grandes produtores.

Ainda assim, para a Aprosoja, as alegações do BB são "generalizações que desconsideram a realidade econômica do campo".

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Produtores alegam crise de renda e questionam gestão do BB

Para a entidade, o histórico de pagamentos do setor desmente a tese da diretoria do banco: levantamento publicado na revista da Procuradoria-Geral do Banco Central aponta inadimplência média de apenas 1,89% entre 2015 e 2019. Segundo a associação, o que mudou a partir daí não foi a disposição dos produtores em honrar seus compromissos, mas as condições econômicas para quitá-los.

"Sucessivas adversidades climáticas, quebras de safra, crises geopolíticas, aumento dos custos de produção, deterioração dos preços agrícolas e juros asfixiantes, agravados pelo desequilíbrio das contas públicas, comprometeram profundamente as margens e a capacidade de pagamento do setor", afirma a Aprosoja.

Segundo a associação, só nos primeiros quatro meses da safra 2026/2027, o crédito rural tradicional caiu de R$ 144,9 bilhões para R$ 107,6 bi, uma retração das concessões de custeio e investimento de 25,7%. "O produtor rural perdeu renda, viu suas dívidas encarecerem e passou a enfrentar dificuldades crescentes para obter crédito", acrescentou a entidade.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

FREEPIK



Assistência farmacêutica é essencial para a segurança dos pacientes

Farmácias devem ter farmacêutico durante todo o expediente

Farmácias e drogarias devem manter farmacêutico presente em cada unidade durante todo o horário de funcionamento. O entendimento foi reafirmado por unanimidade pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso do Ministério Público de Minas Gerais contra uma rede de estabelecimentos. Para o colegiado, a exigência do artigo 15 da Lei 5.991/1973 não pode ser cumprida por atendimento remoto ou plantão centralizado. O relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, destacou que a norma exige a presença contínua do responsável técnico no próprio estabelecimento. A ação buscava obrigar a rede a manter farmacêutico em todas as unidades, após o Tribunal de Justiça mineiro considerar suficiente a disponibilidade de profissionais a distância. Com o julgamento, foi restabelecida a sentença que determinou o cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária.

STF suspende ações de valores pagos pelo SUS

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nacionalmente os processos que questionam os valores pagos pela União a hospitais e prestadores do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida alcança ações em qualquer fase, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor. A controvérsia envolve pedidos de revisão da tabela por suposta defasagem dos parâmetros federais. Os processos ficarão paralisados até o julgamento definitivo do tema pelo Supremo, em âmbito nacional.

ADOBE STOCK



Decisão alcança processos em todo o país e cobranças judiciais

AGU cria exame prévio para concursos da advocacia

A Advocacia-Geral da União instituiu o Exame Nacional da Advocacia Pública, etapa eliminatória para candidatos a quatro carreiras federais: advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal e procurador do Banco Central. A prova terá pelo menos 60 questões e será aplicada nas capitais e no Distrito Federal. A aprovação exigirá acerto mínimo de 60% na ampla concorrência e 50% para candidatos contemplados pelas ações afirmativas. O certificado terá validade de dois anos, prorrogável por igual período.

STJ estabelece critérios para ações coletivas do MP

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Ministério Público só pode ajuizar ação civil pública em defesa de direitos individuais disponíveis quando houver interesse social relevante. A repercussão deve ser demonstrada pelo número de pessoas afetadas ou pela gravidade e pelo impacto do dano. O entendimento foi aplicado a uma ação sobre cobranças de serviços telefônicos não contratados, baseada em um caso isolado.

Negociação de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça aprovou regras para a transferência de créditos de precatórios. A resolução prevê uma central para registrar negociações, acompanhar mudanças de titularidade e evitar fraudes, como a venda da mesma dívida a mais de um comprador. As normas também exigem transparência sobre descontos e valores pagos aos credores.

Cobrança de aluguel

A mãe que permanece com os filhos em imóvel de propriedade exclusiva do ex-marido não precisa pagar aluguel pelo uso da residência, decidiu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, a moradia também atende às necessidades das crianças e integra o dever de sustento compartilhado pelos pais.

Dívidas da Cedae

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) deve pagar dívidas judiciais pelo regime de precatórios. Com isso, recursos e contas bancárias da estatal não poderão ser bloqueados para quitar condenações. A decisão foi tomada por maioria, em julgamento concluído no início de novembro.

Ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça aprovou uma política nacional para dar mais agilidade aos processos sobre benefícios previdenciários e assistenciais. A iniciativa prevê integração entre tribunais e órgãos públicos, além de medidas para reduzir conflitos administrativos que acabam na Justiça. O país tinha mais de 4,4 milhões de ações pendentes em setembro.

Registro de paternidade

A alteração da paternidade no registro de uma criança não pode ser feita apenas por acordo entre os envolvidos, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mudança exige ação judicial própria e análise de provas sobre eventual erro no registro e a existência de vínculo socioafetivo. O exame de DNA, sozinho, não é suficiente.

Ex-dirigente de associação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu em dez anos o prazo para associações cobrarem judicialmente prejuízos atribuídos a ex-presidentes. Para a Terceira Turma, deve ser aplicada a regra geral do Código Civil, já que o prazo de três anos previsto para sociedades empresárias não se estende automaticamente às entidades sem fins lucrativos.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Especialistas apontam impactos na autonomia financeira das vítimas

STF afasta imunidade penal para crimes entre familiares

Decisão questiona regras do Código Penal de 1940 e reforça proteção

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, por unanimidade, entendimento para afastar a imunidade penal que restringia a punição de crimes patrimoniais cometidos entre familiares. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (12), no julgamento conjunto das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.185 e 1.241, relatadas pelo ministro Dias Toffoli. A proclamação do resultado e a definição dos efeitos temporais ficaram para a próxima semana, após divergências sobre a aplicação a fatos anteriores e a processos em andamento.

A discussão envolve os artigos 181 e 182 do Código Penal, de 1940. O primeiro prevê isenção de pena em situações específicas, como crimes patrimoniais entre cônjuges durante o casamento ou entre pais e filhos. O segundo exige, em determinadas relações familiares, representação da vítima para a persecução penal. As regras são conhecidas como escusas absolutórias e imunidades relativas.

As ações chegaram ao Supremo após questionamentos sobre a aplicação dessas proteções em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres. A Lei Maria da Penha reconhece a violência patrimonial como forma de agressão, incluindo retenção, subtração ou destruição de bens e recursos econômicos da vítima. Para o relator, a imunidade poderia deixar mulheres sem proteção penal adequada e perpetuar situações de dependência e abuso.

Durante o julgamento, a discussão foi ampliada para além da violência de gênero. Prevaleceu o entendimento de que o vínculo familiar, por si só, não deve impedir a responsabilização por crimes contra o patrimônio. Isso não significa que qualquer conflito financeiro entre parentes passe a configurar crime: a punição depende de conduta prevista na legislação penal e da análise de cada caso.

Para a advogada Hangra Leite, especialista em Direito de Família e Direito da Mulher, a decisão enfrenta uma contradição entre a proteção da Lei Maria da Penha e regras penais que podiam impedir a punição. “O vínculo familiar não pode servir de escudo para a prática de um crime patrimonial. Essa regra era para preservar a harmonia familiar, mas acabou virando um salvo-conduto para abusos patrimoniais praticados no dia a dia”, afirma.

CORREIO NACIONAL

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Plataforma Brasil Participativo receberá contribuições até o dia 23

País abre consulta pública sobre enfrentamento ao calor extremo

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima abriu uma consulta pública com objetivo de receber contribuições para o enfrentamento do calor extremo no país e para ampliar o acesso da população a ambientes mais frescos e saudáveis. Aberta na sexta-feira (13), a consulta pública ficará disponível na plataforma Brasil Participativo até 23 de novembro.

As propostas vão ajudar a construir o Plano de Ação pelo Resfriamento e Combate ao Calor Extremo (Pnar Brasil), que reúne medidas para proteger a saúde, reduzir desigualdades e preparar o país para o aumento das temperaturas.

Em nota, o MMA ressaltou que o calor extremo afeta a saúde, as condições de trabalho e a qualidade de vida da população, especialmente nas áreas urbanas com pouca vegetação e maior exposição ao sol.

Campanha exige intensivistas em UTI

A Associação Brasileira de Medicina Intensiva (Amib) lançou esta semana a campanha Orgulho de ser intensivista. O objetivo é reforçar junto à população, aos gestores de saúde públicos e privados e aos tomadores de decisões aspectos fundamentais para o funcionamento adequado de UTIs no Brasil. Em nota, a entidade defende que a condução desse tipo de unidade fique sob a responsabilidade de médicos com titulação em medicina intensiva, "o que agrega elementos de preparo".

GOVERNO DE PERNAMBUCO



Associação defende que responsável pelo setor tenha formação

Psicóloga diz que veto a bets é um começo

A decisão do governo federal, anunciada em setembro deste ano, de proibir o funcionamento das bets no país foi acertada, mas ainda é insuficiente para resolver o problema do vício em jogos e apostas online, defende a advogada e psicóloga Juliana Mendes.

"É um começo, mas ainda estamos no campo da insuficiência", disse, após participar de uma mesa de debates sobre o vício em apostas online no festival de inovação e tecnologia Rec'n'Play.

Especialista vê falta de tratamento adequado

Enquanto o Congresso Federal decidia prorrogar a validade da medida provisória por mais 60 dias nesta quinta-feira (13), a psicóloga reforçava que, embora as bets estejam proibidas de funcionar no país, muitos ainda não receberam tratamento adequado para lidar com o vício. "Antes de proibir, antes de eu retirar o vício, o meu comportamento viciado já está aqui", defendeu.

Projeto Lumini I

Até o início do próximo ano, a Polícia Federal (PF) pretende entregar um banco de dados online com o objetivo de unificar informações e facilitar a busca por pessoas desaparecidas dentro ou fora do país. Em 2023, a Polícia Federal lançou um projeto para enfrentar o desaparecimento de pessoas e a exploração humana.

Projeto Lumini II

Chamado de Lumini, o projeto já analisou mais de 10 mil casos, alcançando mais de 72% de resoluções sobre desaparecimentos e 89% de identificação de cadáveres nos dados até setembro deste ano. Atualmente, o Lumini trabalha com dados fornecidos pelas polícias civis, institutos de Identificação dos estados e Institutos Médico Legal.

Casos de mpox

Os casos confirmados de mpox no Brasil em 2026 ultrapassaram a marca de mil, segundo a última atualização do painel de monitoramento da doença, mantido pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o painel, até esta quinta-feira (12), foram registrados 1.023 casos confirmados, 46 prováveis, 581 suspeitos e um óbito pela doença neste ano.

Registros por estado

O estado com maior número de casos é o Rio de Janeiro, com 390 registros, seguido por São Paulo (388), Ceará (61), Minas Gerais (45), Distrito Federal (41) e Santa Catarina (24). Do total de confirmações, 227 ocorreram em novembro e 293 em outubro. Juntos, os dois meses concentram mais da metade dos casos registrados em 2026.

Alteração em voos

Sete dos 29 voos programados para partir do Brasil com destino aos Estados Unidos entre o fim da tarde de sexta-feira (13) e as 14h de sábado tiveram que ser cancelados devido à interrupção do tráfego aéreo em território estadunidense. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil, outros 14 voos partiram com atraso durante o mesmo período.

'Partícula estranha'

A Anvisa determinou o recolhimento do anestésico Cloridrato de Bupivacaína + Glicose - (5 + 80) mg/ml caixa com 100 ampolas. A resolução foi publicada nesta sexta-feira (13) no Diário Oficial da União.

Em nota, a Anvisa informou que o lote AR-001/25 do produto não pode ser vendido, distribuído ou utilizado.

MARCELLO CASAL/AGÊNCIA BRASIL



Uso de gás de botijão ou encanado representa 77 mi de domicílios

Diferenças regionais influenciam uso de gás na cozinha

Informações fazem parte do estudo Cozinhar é um Direito

Da **Redação**

O gás de botijão ou encanado foi usado em 98,1% dos domicílios no Brasil para cozinhar em 2025, enquanto 13,3% utilizaram a lenha ou o carvão para a mesma tarefa. Conforme a Plataforma de Transição Justa, iniciativa da Agenda Pública, isso ocorreu ao mesmo tempo em que o país avançava no acesso a fontes modernas de energia, mostrando que "a pobreza energética ainda faz parte da realidade de milhões de brasileiros".

Os números são do estudo Cozinhar é um Direito: Pobreza Energética e Cozimento Limpo no Brasil, realizado pela plataforma "que analisa as condições de acesso da população para o preparo de alimentos e os desafios enfrentados pelas famílias brasileiras".

O percentual do uso de gás de botijão ou encanado representa cerca de 77,8 milhões de domicílios, enquanto os 13,3% com lenha ou carvão são aproximadamente 10,5 milhões, mais ou menos um em cada oito. Como os dois grupos se sobrepõem, a maior parte dos domicílios que usa lenha ou carvão também tem gás e combina os combustíveis.

"Por isso as duas cifras não se somam, e a leitura correta é que cerca de 10,5 milhões de domicílios ainda recorrem à lenha ou ao carvão, mesmo com o gás presente em quase todo o país", explicou o diretor executivo da Agenda Pública, Sérgio Andrade.

A pesquisa se baseia em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética (Obepe) e do Instituto Pólis/Ipec.

"Os resultados mostram que a disponibilidade de gás não significa, necessariamente, sua utilização de forma contínua pelas famílias brasileiras", disse o estudo, acrescentando que em situações de vulnerabilidade socioeconômica, diferentes fontes de energia podem ser utilizadas no mesmo domicílio.

"Isso varia conforme as condições financeiras dessas famílias, a infraestrutura de suas casas e a disponibilidade de outras fontes e combustíveis", completou. No período entre 2018 e 2025, a proporção de domicílios que cozinhavam com o auxílio da lenha ou carvão apresentou queda de 6,5 pontos percentuais.

CORREIO
CENTRO-OESTE

JOEL RODRIGUES/AGÊNCIA BRASÍLIA



MPDFT pede redução de 80 km/h para 60 km/h e outras ações

Justiça do DF determina redução do limite de velocidade no Eixão

A Justiça do Distrito Federal determinou que o limite de velocidade do Eixão caia de 80 km/h para 60 km/h e que seja elaborado um projeto de mobilidade com semáforos para pedestres. A decisão atende a pedido do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e prevê multa diária de R$ 10 mil por descumprimento. As obrigações cabem ao DF, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), ao Departamento de Trânsito (Detran-DF), ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), à CEB e ao Serviço de Limpeza Urbana (SLU). O novo limite deverá valer em 60 dias, inclusive no Trevo de Triagem Norte, com sinalização em 30 dias. O projeto deverá ser apresentado em 180 dias, prazo para a realização das audiências públicas. Os órgãos terão 60 dias para apresentar o plano de limpeza, drenagem, iluminação e segurança das passagens subterrâneas e outros 60 dias para executá-lo.

DF terá o plantio de 10 mil mudas nativas

O Distrito Federal terá o plantio de 10 mil mudas nativas do Cerrado em 22 regiões administrativas, em 6 de dezembro. Pela primeira vez, as mudas serão georreferenciadas, e os dados serão inseridos no Sistema Distrital de Informações Ambientais (Sisdia). A ação deve reunir cerca de 2 mil pessoas em unidades de conservação e parques. Para preparar a atividade, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema-DF) realizará, na quinta-feira (19), das 14h às 18h, o Seminário Dia de Plantar – Edição 2026, na sede da pasta.

DIVULGAÇÃO/SEMA-DF



Pela primeira vez, as mudas serão georreferenciadas por satélite

TJDFT condena TIM por contatos excessivos

Dois consumidores receberão indenização por danos morais após mais de 200 contatos comerciais, mesmo depois de mudarem de operadora. A 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve a decisão que proíbe novas abordagens. Os clientes cancelaram um plano após falhas na internet, mas receberam chamadas durante reuniões e períodos de descanso. A TIM S.A. alegou falta de provas. O colegiado considerou que os registros mostraram contatos sucessivos com ofertas da empresa.

Mais de 1 mil podem ter a CNH suspensa no DF

O Detran-DF informou que 1.063 condutores podem ter o direito de dirigir suspenso. A penalidade varia de dois a 12 meses. De janeiro a novembro, 23.460 motoristas receberam a sanção. Desse total, 16.510, ou 70,4%, respondem a processos por dirigir após consumir álcool ou por recusar o teste do bafômetro. A relação também inclui casos de excesso de velocidade, rachas e condução de motocicleta sem capacete.

Nova sede eleitoral

O Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35/2026, que autoriza crédito especial de R$ 41 milhões para o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. O recurso será usado na compra de um imóvel para a nova sede do Fórum Eleitoral de Goiânia, que reunirá os nove cartórios eleitorais e unidades administrativas.

Comunidade rural

Moradores da Comunidade Café Norte, em Colíder (MT), terão acesso a serviços da Justiça Eleitoral na quinta-feira (19), das 8h às 16h, na Escola Estadual. O Cartório da 23ª Zona Eleitoral oferecerá emissão do primeiro título, regularização cadastral, transferência eleitoral e coleta biométrica durante o Mutirão Rural do Cadastro Único.

Chapéu rural é reconhecido

O chapéu rural foi reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso do Sul pelo Decreto Legislativo 814/26 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Alems). A norma prevê que a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) formalize o registro e apoie pesquisas sobre a história e os usos do item.

Vapt Vupt rotativo

O Vapt Vupt Unidade Rotativa estará em Anápolis (GO), Goiânia (GO), Posse (GO) e Novo Brasil (GO). Até o próximo dia 27, das 8h às 16h, serão oferecidos mais de 130 serviços digitais e emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), sem agendamento e por ordem de chegada. A ação ocorre em parceria com órgãos públicos locais.

Aprovação de contas

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) aprovou, por unanimidade, as contas de 2025 do prefeito Osmar Froner (União) à frente de Chapada dos Guimarães (MT). Durante a análise, o relator apontou o cumprimento dos índices constitucionais e os investimentos públicos realizados pela prefeitura ao longo do exercício.

Superlotação em presídio

A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul identificou superlotação, falhas na assistência à saúde, problemas na alimentação e relatos de agressões no Presídio de Trânsito de Campo Grande (MS). A equipe ouviu internos em 17 celas. Segundo a administração, havia 610 pessoas para 176 vagas, ocupação de 346,6%. Em 2023, eram 403 custodiados.

BRUNA ARAÚJO/MEC



A redação teve como tema "A valorização do SUS como direito universal"

DF: reações ao pedido de anulação da redação do Enem

Escola Sem Partido alega politização; sindicatos rebatem a acusação

Por **Mateus Lincoln**

A Associação Escola Sem Partido entrou com uma ação na Justiça do Distrito Federal contra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pedindo a anulação da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicada no último dia 8.

O tema proposto foi "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal". Para a associação, a palavra "valorização" pressupõe a apreciação positiva do sistema e coloca em desvantagem aqueles que não compartilham dessa posição.

Para o advogado Miguel Nagib, fundador do Movimento Escola Sem Partido, a avaliação deve medir capacidade de argumentação e elaboração textual, sem exigir concordância política.

Segundo ele, é possível reconhecer o direito à saúde e avaliar que o modelo brasileiro não merece ser valorizado, por suas falhas ou pela preferência por outra forma de prestação de serviços.

"A liberdade de expressão não protege apenas as opiniões consideradas razoáveis ou socialmente aceitáveis", declarou Nagib. Ele sugeriu "O papel do SUS na garantia do direito à saúde no Brasil", tema que permitiria diferentes avaliações sobre o sistema.

O deputado distrital Jorge Vianna (Democrata), técnico de enfermagem e presidente da Comissão de Saúde da União Nacional dos Legisladores e Legislativas Estaduais (Unale), afirmou que a questão alcança diferentes classes sociais e não está vinculada a uma corrente partidária.

"Tanto quem é da direita quanto quem é da esquerda tem por obrigação saber a importância desse sistema para o Brasil, das garantias e dos direitos", declarou. Para Vianna, a proposta permite indicar o que precisa ser aprimorado no atendimento público.

O Sindicato dos Enfermeiros (Sindenfermeiro-DF) afirmou que defender uma política pública não significa ignorar falhas ou impedir críticas. A entidade declarou que valorizar o sistema também envolve cobrar financiamento, gestão adequada, melhores condições de trabalho e maior acesso aos serviços.

O Sindicato das Enfermeiras e dos Enfermeiros (SindEnf-DF) também defendeu a presença do assunto no exame. Segundo ele, "futuros profissionais precisam compreender sua atuação na garantia do direito à saúde".

Black Friday no DF: 92% dos lojistas esperam vender mais em 2026 do que no ano passado

Em novembro também tem o 13º, mas especialistas do Sicredi orientam a pensar antes de gastar

Por **Mateus Lincoln**

ROVENA ROSA/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Segundo a Fecomércio-DF, 36,3% dos comerciantes pretendem oferecer descontos entre 16% e 30%

A campanha de descontos marcada para o dia 27 deve elevar as receitas dos lojistas consultados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF).

Todos confirmaram participação na Black Friday, e mais de 92% esperam faturar acima do registrado no mesmo período de 2025.

A sondagem aponta altas de até 20% nas vendas. A ação coincide com o pagamento da primeira parcela do 13º salário, previsto para acontecer até o próximo dia 30.

Segundo a pesquisa, 36,3% dos comerciantes pretendem oferecer descontos entre 16% e 30%; 26,7% planejam reduções de 31% a 50%; e 24% devem aplicar abatimentos superiores a 50%. A sondagem ouviu presencialmente 116 empresas de 13 segmentos do DF, no início do mês.

Para 87,1% dos entrevistados, as promoções vão além do fim de semana do dia 27.

Metade dos lojistas planeja manter ofertas durante o mês, chamado de Black November, e 37% devem concentrá-las na última semana, na chamada Semana Black.

Em comunicado da Fecomércio-DF, o presidente da federação no DF, José Aparecido Freire, afirmou que a campanha integra o calendário local e permite renovar os estoques para o Natal. Ele recomendou que os consumidores pesquisem os preços.

DESTRINCHANDO A PESQUISA

Segundo a entidade, lojas físicas, incluindo estabelecimentos de rua e shoppings, devem responder por 84,5% do faturamento previsto.

As vendas em lojas virtuais próprias e marketplaces representam 15,5%.

Para atrair clientes, 93,1% dos lojistas citaram que pretendem oferecer promoções, 60,3% apostam na diversidade de produtos e 45,7% devem focar na propaganda.

Sobre transparência, 82,8% dos entrevistados disseram adotar medidas. A mais comum delas é a etiqueta "De/Por" (50%); outros 40,5% congelam o preço-base e 33,6% oferecem cupons claros. Já 17,2% não adotam medidas e 6% pretendem cobrir preços da concorrência.

Os descontos devem priorizar queima de estoque (62%), itens mais vendidos (45,7%) e toda a loja (32,8%).

Lançamentos foram citados por 12,1%. O parcelamento sem juros foi citado por cerca de 38%. Margens reduzidas (47,45%) e custo de reposição (44%) foram apontados como obstáculos a descontos maiores.

DIVULGAÇÃO/SICREDI-DF



Se a compra não for urgente, gerente do Sicredi recomenda acumular o valor

PLANEJAMENTO DO 13º

A proximidade entre a Black Friday e o pagamento da primeira parcela do 13º pode ampliar as vendas.

Em comunicado divulgado pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), a instituição recomenda aos trabalhadores organizar as finanças antes de fazer compras.

Rafael Andrade, gerente de desenvolvimento de negócios do Sicredi, afirmou, em comunicado divulgado pelo sistema, que o valor não deve ser tratado como dinheiro disponível sem finalidade.

"O consumidor deve primeiro organizar as contas e só depois aproveitar os descontos em compras que já estavam planejadas", orientou.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula que o 13º injetou R$ 369,4 bilhões na economia em 2025 e beneficiou 95,3 milhões de pessoas. Enquanto a média nacional foi de R$ 3.512; no DF foi de R$ 5.877, sendo a maior do país.

INADIMPLENTES

Para quem tem dívidas, a orientação é usar parte do benefício para reduzir débitos com juros mais altos.

Dados do Banco Central indicam que, em setembro, a taxa média do rotativo do cartão de crédito chegou a 451,7% ao ano. No cheque especial, foi de 139% ao ano; no crédito consignado, de 28,5%.

Também é preciso priorizar as contas com multas ou risco de corte de serviços essenciais. Andrade recomenda negociar com os credores: quitar à vista pode gerar descontos, e antecipar parcelas reduz proporcionalmente os juros.

"Na hora de listar as dívidas, olhe para a taxa de juros, e não para o valor da parcela. É a dívida mais cara que mais pesa no orçamento ao longo prazo", explicou.

Com as contas em dia, o trabalhador pode formar reserva de emergência em aplicação de baixo risco e resgate rápido. Com a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, a renda fixa também pode ser considerada, conforme prazo, risco e liquidez.

POUPAR E INVESTIR

Em comunicado do Sicredi-DF, Andrade recomendou adequar o investimento ao objetivo.

Para despesas de janeiro, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), rematrícula e material escolar, o Sicredi sugere aplicações com liquidez diária.

Uma opção que acompanhe a Selic pode render cerca de 1,08% ao mês, antes do Imposto de Renda: R$ 1 mil aplicados por dois meses renderiam aproximadamente R$ 22.

Na poupança, com a Selic acima de 8,5% ao ano, o rendimento é de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR), creditado no aniversário do depósito; o resgate antecipado elimina o ganho do período. Também é preciso comparar descontos à vista e custos do parcelamento.

O benefício pode aumentar a entrada na compra de veículo ou imóvel e reduzir o saldo financiado.

Segundo o Banco Central, a taxa média do financiamento de veículos para pessoas físicas foi de 26,2% ao ano em setembro.

JUROS E PARCELAMENTOS

Se a compra não for urgente, o Sicredi recomenda acumular o valor. Andrade orienta simular prazos e prestações e verificar se cabem no orçamento.

Para reformas, o gerente sugere comparar o desconto à vista com o rendimento do dinheiro aplicado durante o parcelamento.

Em uma compra de R$ 1 mil dividida em cinco parcelas sem juros, a aplicação atrelada à Selic renderia cerca de R$ 25 líquidos.

Assim, desconto à vista superior a 2,5% tende a compensar. Se os preços forem iguais e não houver juros embutidos, parcelar permite manter o valor aplicado.

A instituição recomenda confirmar o preço à vista e reservar o dinheiro para o serviço.

BRASILIANAS

POR **WILLIAM FRANÇA**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



O PIB no DF é 2,3 vezes maior que a média nacional

DF mantém liderança nacional em renda por habitante: R$ 128 mil

O Distrito Federal manteve a posição de unidade da Federação com o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país, segundo dados do Sistema de Contas Regionais 2024 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A renda por habitante chegou a R$ 128.146,82, valor equivalente a 2,3 vezes a média nacional.

O levantamento também mostra que a economia brasiliense alcançou R$ 382,2 bilhões no ano passado, consolidando-se como a maior do Centro-Oeste e a oitava maior do Brasil. O resultado reforça a relevância do DF no cenário nacional, especialmente pela concentração de atividades ligadas ao setor público e aos serviços especializados.

Desde o início da série histórica do IBGE, a capital federal ocupa a primeira colocação no ranking nacional de PIB per capita. Embora a distância em relação à média brasileira tenha diminuído ao longo das últimas duas décadas, o DF preserva ampla vantagem sobre os demais estados.

O desempenho econômico também reflete a elevada participação dos serviços de maior valor agregado instalados em Brasília, responsáveis por sustentar os níveis de renda e arrecadação observados na unidade da Federação.

DIVULGAÇÃO



Cartaz de divulgação do evento

Grafite ocupa novos espaços em Planaltina

A produção de artistas urbanos de Planaltina ganhará novos espaços de circulação nos próximos meses. Com recursos FAC-DF, o projeto 'Galeria de Rua – Arte que Mora Aqui' reunirá dez grafiteiros da região administrativa para uma exposição itinerante que percorrerá diferentes pontos da cidade até dezembro. A iniciativa será lançada nesta segunda-feira (16), no Complexo Cultural de Planaltina, quando os artistas produzirão as obras diante do público. Depois de concluídos, os trabalhos circularão por áreas de grande movimentação, incluindo espaços culturais, feiras, praças e equipamentos públicos.

A proposta é ampliar o alcance da arte urbana e aproximar a população da produção cultural local. Participam da ação artistas que atuam há anos na cena do grafite do Distrito Federal, entre eles Red Lion, Tião, Scorpia, Monstro, ORi, Hudson Fox, Nemo, Runa, Iasmim Kali e Pena. Além de levar as obras para além dos muros, o projeto busca valorizar trajetórias construídas nas periferias do DF.

PIB do DF cresce 2,9%, menos que média nacional

Apesar de continuar entre as maiores economias do país, o DF registrou crescimento abaixo da média nacional em 2024. De acordo com o Sistema de Contas Regionais divulgado pelo IBGE, o PIB brasiliense avançou 2,9% em volume na comparação com 2023, enquanto o resultado nacional foi de 3,4%. O desempenho colocou o DF entre as unidades da Federação com menor ritmo de expansão da atividade econômica, ocupando a quarta posição mais baixa do ranking. Os números também indicam redução da participação da capital federal na economia brasileira. Em um ano, a fatia do DF no PIB nacional caiu de 3,3% para 3,2%, sinalizando que outras regiões cresceram em velocidade superior. O levantamento mostra ainda que a trajetória recente difere do desempenho acumulado desde 2002. Nesse período, a economia local registra expansão de 81,5%, com crescimento médio anual de 2,7%. A desaceleração observada em 2024 ocorre mesmo com a manutenção do protagonismo do setor de serviços na estrutura econômica do DF, principal motor da atividade local.

Chocolate produzido no DF chega à Europa

Uma empresa criada em Brasília acaba de dar um passo inédito em sua trajetória. A Labarr, chocolateria fundada pelos empresários Adriana Labarrère e Leandro Isaías Alves, realizou as primeiras exportações de seus produtos para Portugal e abriu uma nova frente de expansão comercial com a inauguração da primeira loja em shopping center da marca. Produzidos no DF (fábrica e cafeteria na 710/711 Norte) com cacau brasileiro e ingredientes típicos do Cerrado, como baru, pequi, mangaba e maracujá-do-cerrado, os chocolates passaram a ser apresentados ao mercado internacional após um processo de preparação conduzido pelo programa Exporta DF, desenvolvido pela Federação das Indústrias do DF (Fibra) e pelo Sebrae-DF. A estratégia incluiu adequação de embalagens, criação de rótulos bilíngues e treinamento para operações de comércio exterior. No mercado local, inaugurou uma unidade no ParkShopping e planeja ampliar a presença em novos pontos da capital. Fundada em 2016, a fábrica produz cerca de 18 toneladas por ano e projeta dobrar o faturamento nos próximos ciclos de expansão.

MATHEUS OLIVEIRA/AGÊNCIA SAÚDE DF



Vacinação é uma das principais estratégias contra a Covid-19

Vacina contra a Covid-19: grupos prioritários devem se imunizar

Distrito Federal registra aumento pontual nos casos da doença desde outubro

Por **Isabel Dourado**

O Distrito Federal notificou 2.683 casos de Covid-19 de janeiro até o dia 10 de novembro e 114 internações pela doença, segundo dados da Secretaria de Saúde (SES-DF). Apesar do leve aumento observado nas últimas semanas, a pasta ressalta que os números permanecem baixos em comparação ao mesmo período de 2025, quando foram registrados 10.388 casos.

A redução é de 74,2%. Embora o acumulado deste ano represente uma queda significativa em relação ao ano passado, o DF registrou um aumento pontual nos casos de Covid-19 a partir de outubro.

O professor e virologista do Instituto de Ciências Biológicas (IB) da Universidade de Brasília (UnB) Bergmann Morais explica que o aumento de casos está relacionado à circulação da subvariante XFG, ou Stratos, derivada da variante Ômicron, identificada em 2021.

"Essa nova subvariante está se espalhando rapidamente. Mais de 90% das infecções são causadas por essa subvariante, derivada da Ômicron, que recebeu o nome de XFG", esclarece Bergmann Morais.

No entanto, o virologista ressalta que não há evidências científicas de que essa subvariante que circula no país seja capaz de provocar sintomas mais graves. Ele chama atenção para a baixa cobertura vacinal. "As pessoas não estão tomando mais a vacina, não estão se prevenindo, então, os casos estão aumentando", afirma ele.

As coberturas vacinais registradas neste ano foram de 83,25% entre crianças menores de 1 ano, 61,67% entre gestantes e 37,82% entre idosos, segundo dados da SES-DF. A Secretaria reforça a importância de manter a vacinação contra a COVID-19 atualizada, conforme as recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Fazem parte do grupo prioritário: crianças de 6 meses a menores de 5 anos, idosos a partir de 60 anos, trabalhadores da saúde, gestantes e puérperas, indígenas, pessoas privadas de liberdade, funcionários do sistema prisional e pessoas em situação de rua.

Na avaliação da gerente da rede de frios da Secretaria de Saúde, Tereza Luiza Pereira, grande parte da população ainda desconhece quem compõe os públicos prioritários que devem tomar a dose de reforço.

"As pessoas que fazem parte do grupo prioritário são as mais hospitalizadas. Por isso, é importante que elas mantenham o cartão de vacinação em dia", destaca Pereira.

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Deputado novato: Rogério Franco com André, Tarcísio e Derrite

André do Prado defende Rogério Franco para presidente da Alesp

Deputados reeleitos do PL resistem à indicação de Rogério Franco (PL) para a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Dos 15 parlamentares da sigla que permanecerão na Casa, nove defendem que o cargo seja ocupado por um deputado experiente, segundo levantamento divulgado pelo Metrópoles. Outros quatro não foram localizados e dois preferiram não se manifestar. Nos bastidores, o atual presidente, André do Prado (PL), articula a escolha de Franco, eleito para seu primeiro mandato. Parlamentares criticam a possibilidade de um novato assumir o comando sem conhecer o regimento e a rotina legislativa. Também questionam a falta de diálogo sobre a sucessão e a escolha do candidato. A eleição está prevista para fevereiro de 2027. Com 27 deputados eleitos, o PL terá a maior bancada da Alesp. A escolha do próximo presidente ainda será discutida entre os integrantes da legenda.

Projeto pune exposição íntima de idosos

O deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) apresentou projeto que criminaliza a divulgação não autorizada de imagens e informações íntimas de idosos, pessoas com deficiência ou dependentes de cuidados. A proposta prevê pena de um a três anos de detenção e multa, que sobe para dois a seis anos de reclusão quando houver abuso de confiança por familiares ou cuidadores. O projeto foi protocolado após vídeos publicados nas redes sociais sobre a situação em que se encontra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta é do deputado federal, Fábio Teruel (MDB-SP)

Marinha simula ataque no Porto de Santos

A Guarda Portuária de Santos participou, entre os dias 9 e 12 de novembro, da Operação Tridente III, exercício da Marinha que simulou uma ameaça terrorista a um navio. A ação, realizada em Santos e Praia Grande, teve como foco a proteção de cabos submarinos de fibra óptica e de estruturas estratégicas. O treinamento envolveu a abordagem e retomada da embarcação, com identificação e detenção de ameaças simuladas. Oito agentes da Guarda Portuária participaram da operação, utilizando uma das novas lanchas blindadas.

Porto recupera sistemas após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos informou que continua trabalhando para restabelecer os sistemas online afetados por um ataque cibernético. Segundo comunicado divulgado pela administração do porto, os principais serviços aos usuários estão disponíveis por canais alternativos. A APS afirmou que as operações portuárias seguem normalmente, sem risco de paralisação, enquanto trabalha na recuperação dos sistemas atingidos.

Voos para os EUA

Voos entre os Estados Unidos e o Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, registraram cancelamentos e atrasos de até quatro horas de sábado (14). Os transtornos são reflexo de uma falha no sistema de controle aéreo americano, que suspendeu decolagens na sexta-feira (13). Passageiros devem consultar as companhias antes de viajar.

Nascimentos prematuros

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou audiência pública para discutir políticas de atendimento a bebês prematuros após a alta hospitalar. O encontro, promovido pela deputada Marina Helou (Rede), reuniu famílias e especialistas. Em 2025, o estado registrou 56.171 nascimentos prematuros, equivalentes a 11,7% dos nascidos vivos.

Bolsas de Estudos

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) apresentou parecer favorável ao projeto de Paulo Teixeira (PT-SP) que prevê reajuste das bolsas de estudo e pesquisa da Capes e do CNPq. A proposta estabelece correção pelo IPCA a cada dois anos, no máximo. O primeiro reajuste deverá ocorrer em até um ano após a publicação da lei, caso seja aprovada.

Curso Reforma Tributária

A Fiesp e o SENAI-SP lançaram um curso gratuito e on-line para ajudar empresas na adaptação à Reforma Tributária. A formação oferece oito trilhas de aprendizagem, definidas conforme o regime tributário e o setor de atuação. Com até 24 horas de duração, o curso aborda mudanças nas regras fiscais e orienta a elaboração de planos de adequação.

Contra radares invisíveis

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP) apresentou substitutivo ao PL 3912/2025 que condiciona multas por excesso de velocidade, registradas por radares, à existência de sinalização ostensiva, visível e legível. As regras técnicas ficarão a cargo do Contran. Se aprovado, o texto entrará em vigor 360 dias após a publicação da lei.

Morto por Policiais

A Justiça determinou o bloqueio de R$ 10 mil das contas do governo de São Paulo para custear o traslado e o funeral de Jeferson de Sousa Santos, morto por policiais militares em junho de 2025. O corpo permanece há mais de um ano no IML, à espera de transporte para Alagoas, onde a família pretende realizar o sepultamento.

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO



Congresso analisará projetos que elevam impostos

Deputados de SP propõem elevar impostos sobre investimentos

Projetos foram protolados na sexta(13) por deputados do PT,PSOL, PCdoB e PV

Por **Andre Souza**

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) apresentou quatro projetos de lei que propõem ampliar a tributação sobre investimentos, lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e grandes patrimônios. As propostas foram protocoladas na Câmara dos Deputados na sexta-feira (13) e contam com assinaturas de até 86 parlamentares, dependendo do projeto, incluindo 15 representantes de São Paulo, filiados ao PT, PCdoB, PSOL e PV.

Uma das medidas prevê novo aumento do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade utilizada por empresas para remunerar sócios e acionistas. A alíquota, que era de 15% até dezembro de 2025, passou para 17,5% em janeiro de 2026. Pelo PL 5855/2026, subiria para 20%.

Na prática, sobre um pagamento de R$ 1 mil em JCP, o imposto, que era de R$ 150 em 2025 e passou para R$ 175 neste ano, chegaria a R$ 200 caso a proposta seja aprovada.

Outro projeto, o PL 5854/2026, estabelece tributação de 15% sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, independentemente do valor recebido. Atualmente, a retenção de 10% incide sobre pagamentos superiores a R$ 50 mil mensais feitos por uma mesma empresa ao mesmo beneficiário.

Já o PL 5853/2026 propõe cobrar 7,5% de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras atualmente isentas para pessoas físicas, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRI e CRA).

A quarta proposta, o PL 5852/2026, cria o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição, mas ainda não regulamentado. A cobrança atingiria patrimônios líquidos superiores a R$ 15 milhões, com alíquotas progressivas de 0,7% a 3%. A arrecadação seria destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

JUSTIFICATIVAS

Segundo as justificativas dos projetos, o objetivo é reduzir diferenças na tributação entre rendimentos do trabalho e do capital, além de ampliar a arrecadação federal. As propostas ainda precisam passar pela análise do Congresso Nacional.

CSN enfrenta pressão do mercado após tombo de 12% na Bolsa

Investidores acompanham próximos movimentos da empresa nesta segunda-feira

Por **Sônia Paes**

A segunda-feira (16) começa com expectativa no mercado financeiro em relação ao comportamento das ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), depois de os papéis da empresa derreterem na Bolsa de Valores na sexta-feira (13). As ações CSNA3 fecharam em queda de 12,06%, cotadas a R$ 3,72, no menor patamar desde janeiro de 2016. Motivo: resultados negativos do terceiro trimestre e o elevado endividamento do grupo.

A divulgação do balanço, na noite de quinta-feira, dia 12, apontou prejuízo líquido de R$ 1,25 bilhão entre julho e setembro, revertendo o lucro de R$ 76 milhões obtido no mesmo período de 2025. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) somou R$ 1,88 bilhão. Ou seja: teve recuo de 43% na comparação anual e abaixo dos R$ 1,94 bilhão projetados pelo mercado.

ENDIVIDAMENTO VAI A R$ 44,9 BILHÕES

A dívida líquida do conglomerado alcançou R$ 44,9 bilhões no terceiro trimestre, enquanto a relação entre dívida líquida e Ebitda avançou de 3,49 para 4,23 vezes. O indicador, quando ultrapassa três vezes, acende de alerta para o mercado, especialmente em empresas que precisam de investimentos elevados e enfrentam dificuldades para gerar caixa.

Analistas do BTG Pactual, Leonardo Correa, Marcelo Arazi e Rodrigo Gotardo, avaliam que as transações já anunciadas são positivas, mas insuficientes para reverter o quadro financeiro.

CSN MINERAÇÃO

Em meio à forte crise, a CSN cogita uma venda adicional de sua participação na CSN Mineração para a sócia japonesa Itochu. Segundo informações apuradas pelo Pipeline, do jornal Valor Econômico, o grupo abriu conversas sobre uma potencial transação.

WALLACE FEITOSA/CSN



Endividamento de R$ 44,9 bilhões amplia preocupação e empresa avalia nova venda de participação na área de mineração

Atualmente, o grupo controlado por Benjamin Steinbruch detém 70% da CSN Mineração, enquanto a Itochu possui 20,31% da companhia. Uma eventual negociação de participação na mineradora poderá representar uma alternativa para levantar recursos e reduzir o endividamento da controladora.

VENDA DE ATIVOS É INSUFICIENTE

A CSN já fechou duas operações importantes para reduzir suas obrigações financeiras. Uma delas foi a venda da CSN Cimentos para a chinesa Huaxin Building Materials Group, em uma transação avaliada em R$ 12,7 bilhões.

A empresa também assinou acordo para vender a siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen (SWT) ao grupo espanhol Megasa, por â,¬ 550 milhões, aproximadamente R$ 3,1 bilhões. A conclusão dessa operação está prevista para dezembro.

MINERAÇÃO E SIDERURGIA SENTEM PRESSÃO

Na divisão de mineração, o Ebitda recuou 59% em relação ao segundo trimestre. O preço realizado do minério caiu 18%, para US$ 40 por tonelada, influenciado também pelo aumento dos custos de frete.

Em setembro, a CSN Mineração já havia revisado para baixo sua projeção de produção anual e interrompido as atividades na planta de processamento do Complexo Pires.

Na siderurgia, o resultado também apresentou fragilidade. O Ebitda reportado foi de R$ 576 milhões, mas, segundo o BTG Pactual, o número foi beneficiado por um ajuste não recorrente de R$ 211 milhões. Sem esse efeito, a margem operacional ficou em torno de 6%, próxima dos menores níveis da última década.

‘Feirão’ reúne 10 empresas e oferece mais de 300 vagas

Da **Redação**

Cerca de 800 pessoas passaram pelo 1º Feirão de Empregos de Pinheiral. A iniciativa reuniu mais de 10 empresas, que ofereceram mais de 300 vagas de trabalho, distribuídas em aproximadamente 80 cargos e funções profissionais, abrangendo diferentes setores, desde atividades administrativas até o segmento metalúrgico. A prefeitura divulgou o balanço do evento na sexta-feira, dia 13. O feirão aconteceu na quarta-feira (11), na Quadra José Hugo Leal, conhecida como Quadra Central

Promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Comércio e Desenvolvimento Econômico, o evento teve como objetivo aproximar empresas e trabalhadores, facilitando o acesso às oportunidades de emprego e contribuindo para a inserção e recolocação profissional no mercado de trabalho.

Durante o feirão, os candidatos puderam entregar currículos, conversar diretamente com representantes das empresas e obter informações sobre os processos seletivos. A diversidade de vagas ampliou as possibilidades para profissionais com diferentes experiências e qualificações.

BANCO DE TALENTOS

Um dos destaques da programação foi o lançamento do Banco de Talentos, nova funcionalidade incorporada ao aplicativo Pinheiral Digital. A ferramenta permite que os trabalhadores cadastrem seus currículos e que as empresas divulguem oportunidades de emprego, facilitando o contato entre candidatos e empregadores.

Com a novidade, a conexão entre empresas e profissionais poderá continuar mesmo após o encerramento do feirão. A proposta é tornar os processos de recrutamento e seleção mais acessíveis, ágeis e eficientes.



CORREIO
NORDESTE

ASCOM CE



O objetivo é identificar interesses compartilhados

Ceará e Argentina planejam agenda de cooperação

A Secretaria das Relações Internacionais do Ceará (SRI) discutiu a ampliação das relações institucionais e empresariais com a Argentina em reunião com a cônsul-geral do país em Recife, Julieta Grande, no Palácio da Abolição. O encontro abordou o planejamento de atividades conjuntas para 2027. Participaram a secretária Roseane Medeiros, a secretária executiva de Assuntos Paradiplomáticos e Articulação com a Sociedade, Veridiana Soárez, e o coordenador João Guilherme Aracena. Os representantes trataram de formas de aproximar instituições, identificar interesses comuns e ampliar oportunidades de intercâmbio. Também discutiram a conexão das câmaras empresariais argentinas com o ambiente de negócios cearense. Essas entidades podem facilitar o contato entre empresas, a troca de informações sobre os mercados e a identificação de possíveis parceiros.

Sergipe foca em implementações

O Governo de Sergipe avançou nas negociações para instalar uma fábrica da empresa chinesa CRRC, voltada à produção de sistemas de armazenamento de energia por baterias (BESS). O projeto prevê investimento superior a US$ 10 milhões, geração estimada de 130 empregos diretos e ocupação de uma área de aproximadamente 15 mil metros quadrados. A proposta inclui montagem de baterias e integração de contêineres de armazenamento. Durante reunião realizada na última semana.

ASCOM SE



A Casa Civil deverá coordenar a formação do grupo

Incentivo tributário viabiliza projeto

O governador de Alagoas, Paulo Dantas assinou decreto que concede incentivos fiscais para a instalação de uma nova unidade da JAV Indústria de Alimentos, integrante do Grupo Maratá, no Polo Industrial Jorge Barbosa, em Pilar, Região Metropolitana de Maceió. O empreendimento terá investimento previsto de R$ 400 milhões e deverá gerar 600 empregos diretos e indiretos.A concessão dos benefícios, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado de Alagoas, é fundamental para viabilizar a implantação da indústria.

Carga irregular é apreendida no MA

A Receita Federal reteve cerca de R$ 800 mil em mercadorias irregulares em Imperatriz, no Maranhão. A fiscalização ocorreu entre a noite de quinta-feira (12) e a madrugada da última sexta-feira (13). Equipes da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho abordaram um caminhão e encontraram cigarros eletrônicos e produtos estrangeiros sem documentação fiscal. A Guarda Municipal apoiou a ação.

Ação da Polícia

A Polícia Militar do Ceará (PMCE) prendeu um homem de 21 anos por tráfico de drogas e porte ilegal de arma, na última sexta, em Itapipoca. A equipe do 11º Batalhão de Polícia Militar (11º BPM) apreendeu uma arma, entorpecentes, balança de precisão e dinheiro. O suspeito, que tinha antecedentes por tráfico e receptação.

Tecnologia

Pesquisadores da Paraíba desenvolveram uma ferramenta tecnológica para aprimorar a produção de cachaça, com estudos sobre fermentação, destilação e envelhecimento. A iniciativa recebeu investimento de R$ 217.692,84 do Governo da Paraíba, por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq)

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí chegou a R$ 87,438 bilhões em 2024, com crescimento real de 3,34% sobre o ano anterior. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado teve a 5ª maior alta acumulada do país entre 2002 e 2024, com avanço de 118,86%. Serviços e Indústria cresceram 5,32% e 5,26%.

Planejamento

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) de Alagoas, publicou novos editais dos concursos da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), Procon e Departamento de Estradas de Rodagem (DER). O Procon terá provas em 29 de novembro.

Selo

A Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SPM) divulgou o resultado preliminar do Selo Social Empresa Amiga da Mulher, em Sergipe. Ao todo, 13 empresas foram contempladas na análise inicial. A seleção considera ações de igualdade salarial, combate ao assédio e incentivo à presença feminina na liderança.

Encontro

A cooperação entre Ceará e Lituânia foi tema de reunião na Secretaria das Relações Internacionais do Estado (SRI), no Palácio da Abolição. O encontro abordou possibilidades de intercâmbio científico e cultural, além de parcerias nas áreas de energia e infraestrutura digital. A agenda incluiu, ainda, a inauguração do Consulado.

AGÊNCIA BRASIL



Os dados integram estudos da edição da Revista Econômica do Nordeste

Nordeste concentra a pesquisa mineral crítica no Brasil

Banco do Nordeste aponta potencial e desafios da atividade mineral

Da **Redação**

O Nordeste recebeu R$ 1,7 bilhão em investimentos para pesquisa de minerais críticos entre 2021 e 2025, o equivalente a 53,4% do total aplicado no Brasil. A região concentra 48,3% dos processos nacionais na fase de autorização de pesquisa. Os dados integram estudo da edição especial da Revista Econômica do Nordeste (REN), publicação do Banco do Nordeste (BNB), lançada durante o XXII Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, em Campina Grande (PB).

Em 2025, o Nordeste respondeu por 12,4% do valor nacional da produção desses minerais, com R$ 5,2 bilhões.

A Bahia concentrou 82,7% dos investimentos regionais em pesquisa mineral e a maior parcela da produção. Todos os estados nordestinos receberam recursos para pesquisas no período.

O levantamento identificou ocorrências de cobre, níquel, vanádio, tungstênio, terras raras, grafite, lítio, tântalo, titânio e nióbio. Esses recursos são usados em baterias de veículos elétricos, sistemas de armazenamento de energia, turbinas eólicas, painéis solares, semicondutores e equipamentos eletrônicos. A REN reúne artigos sobre minerais críticos, rochas ornamentais, agrominerais, calcários e gemas.

O lançamento ocorreu em 10 de novembro, durante o seminário no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB). Na ocasião, foram anunciados os finalistas do Prêmio Melhores Práticas em APL de Base Mineral 2026 e lançado o estudo geoeconômico da Paraíba.

ESTUDO

A pesquisa aponta que o potencial regional não depende apenas da extração. Há oportunidades em beneficiamento, refino, transformação mineral e fabricação de produtos intermediários. Entre as condições para atrair empreendimentos estão portos, polos industriais, centros de pesquisa e fontes renováveis na matriz elétrica.

Os pesquisadores indicam a necessidade de ampliar o conhecimento geológico, reduzir riscos exploratórios e melhorar a infraestrutura logística, hídrica e energética nas áreas produtoras.

O estudo é de Francisco Diniz Bezerra, pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) e organizador da edição.

CORREIO NORTE

ASCOM AC



O reconhecimento também evidencia o potencial de projetos

Produtor do Acre conquista prêmio nacional de café

O produtor rural José Leite, de Cruzeiro do Sul, conquistou o 2º lugar na 10ª edição do Concurso NossoCafé Yara, realizado durante a Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte (MG). O produtor recebeu apoio do governo estadual do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O resultado se soma ao desempenho do produtor na 4ª edição do Concurso Estadual de Qualidade do Café do Acre, em que ficou em 4º lugar. Promovido pela Yara, o concurso reconhece produtores de cafés especiais. Nesta edição, incluiu cafés da espécie canephora, que abrange conilon e robusta.As amostras foram avaliadas nas categorias natural/descascado e fermentado, com participação da Associação Brasileira de Cafés Especiais. De 11 a 13 de novembro, a Semana Internacional do Café reúne produtores e compradores.

Economia do Amazonas cresce 5,6%

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas alcançou R$ 177,2 bilhões em 2024, alta de 5,6% em relação a 2023. O resultado superou a média nacional, de 3,4%, e colocou o estado na 4ª posição entre as unidades da Federação com maior expansão. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação. O setor de Serviços respondeu por R$ 81,9 bilhões, enquanto a Indústria somou R$ 58,8 bilhões. A Agropecuária registrou R$ 9,3 bilhões e avanço de 19,2%.

ARTE/SEDECTI



Em 2023, o PIB do Amazonas havia totalizado R$ 161,7 bilhões

Medidas contra bullying no Amapá

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) orienta escolas estaduais do Amapá a identificar e agir em casos de bullying. O trabalho é realizado pelo Serviço de Atendimento Especializado e Multiprofissional (Cveduc), que promove ações preventivas e atende ocorrências. As atividades incluem rodas de conversa com estudantes e servidores sobre agressões, consequências e cyberbullying. Quando há denúncia, a escola deve avaliar a gravidade e a frequência dos episódios e seguir o protocolo da Seed.

Borracha agroflorestais integram iniciativa

O Programa REM Acre apresentou na COP31 mais de 30 projetos de conservação florestal e geração de renda. Entre os resultados estão o aumento de 33% na produção de mel, com 436 produtores atendidos, e a elevação de 106% na renda diária de pecuaristas, de R$ 170 para R$ 350. As ações também incluem recuperação de áreas degradadas, apoio a extrativistas e turismo de base comunitária no estado.

Recurso

O Congresso Nacional aprovou R$ 10 milhões para compensar despesas de Roraima com educação ligadas ao fluxo migratório. O recurso será destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Foram aprovados R$ 45,3 mil para a Universidade Federal da Paraíba, o Instituto Federal do Pará e o Instituto Federal de Goiás.

Alerta

Rondônia registrou queda de 91,65% nos focos de calor entre janeiro e setembro de 2026, ante o mesmo período de 2024. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o total passou de 72.827 para 6.084 ocorrências. O estado também ficou em 9º lugar no Monitor de Antecipação e Resposta ao El Niño (MARÉ).

Ação da Polícia

A Polícia Federal encerrou 3 empresas de segurança privada sem autorização em regiões do Pará. A ação integrou a Operação Segurança Legal X. Foram fiscalizados 12 estabelecimentos em Altamira, Belém, Marabá, Redenção e Santarém. A operação mobilizou 16 policiais federais e apreendeu materiais usados irregularmente.

Oficinas

O Centro Estadual de Convivência da Família Maria de Miranda Leão promoveu, em Manaus, oficina de enfeites de Natal com palitos de picolé. A atividade reuniu idosos dos grupos “Estimulando a Memória” e “Mais Ativo”, atendidos pela Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome. Peças podem ser usadas na decoração ou comercializadas.

Ação

A Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) do Amapá realizou visitas domiciliares em Oiapoque para identificar famílias afetadas pela estiagem e pelas queimadas. Durante 4 dias, as equipes atenderam moradores de bairros e comunidades tradicionais, com prioridade para crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas.

Saúde

A segunda Carreta do Coração começou a funcionar nesta quarta-feira (11), em Manaus, com capacidade para mais de 3 mil consultas e exames por mês. A unidade oferece atendimento com cardiologista, eletrocardiograma, ecocardiograma e teste ergométrico. Em 16 de novembro, seguirá para Novo Airão, onde ficará até o dia 27.

ASCOM AC



Samuel Arara é uma jovem liderança que vem se destacando

Acre recebe encontro dos estudantes indígenas

Encontro reunirá acadêmicos de várias regiões para debater educação

Da **Redação**

O Acre foi escolhido para sediar, em 2028, o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei). A definição foi anunciada durante a edição nacional realizada nesta semana em Foz do Iguaçu, no Paraná, com participação de representantes acreanos. O evento reunirá estudantes de povos e regiões para discutir educação, permanência nas universidades, direitos territoriais, identidade cultural e desafios da juventude indígena.

A articulação foi conduzida pelo Coletivo dos Estudantes Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac), com apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). A mobilização foi liderada por Samuel Arara, presidente do coletivo. A escolha foi apresentada como resultado da organização dos estudantes e da atuação de entidades.

A realização no Acre permitirá que acadêmicos de diferentes partes do Brasil conheçam a realidade, a diversidade cultural e as experiências dos povos indígenas acreanos. A programação deverá promover a troca de informações entre estudantes, lideranças e organizações, além de ampliar o debate sobre os desafios enfrentados por indígenas no ensino superior.

Entre os assuntos previstos estão o acesso à educação superior, a permanência nas universidades, a defesa dos territórios e a identidade cultural. O encontro também deverá abordar a participação indígena nas instituições de ensino e caminhos para fortalecer a formação acadêmica de jovens de diferentes comunidades.

A secretária extraordinária dos Povos Indígenas, Francisca Arara, celebrou a escolha e informou que o governo do Acre apoiará a organização. Ela destacou a relação entre educação indígena e formação de novas lideranças. O apoio estadual deverá integrar a preparação para receber estudantes e representantes de diferentes povos em 2028.

O reitor da Ufac, Josimar Batista, também manifestou apoio à realização do Enei no estado. A universidade pretende apresentar sua cultura e as políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela instituição. A participação da Ufac na articulação aproxima o debate sobre educação superior indígena da mobilização dos estudantes.

CORREIO SUL

DIVULGAÇÃO/MPT-SC



Foram encontrados riscos ergonômicos e máquinas sem proteção

SC: Ministério Público do Trabalho autua frigorífico por irregularidades

A Justiça do Trabalho determinou que a Cooperativa Central Aurora Alimentos receba por meio eletrônico, 24 horas por dia, os atestados médicos dos empregados da unidade de São Miguel do Oeste (SC), sem exigir comparecimento durante o afastamento. A liminar também proíbe a reconsulta dos trabalhadores afastados pelo serviço médico da empresa. A decisão atende a pedido do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), após uma fiscalização identificar irregularidades na unidade de abate. Foram encontradas máquinas sem proteção, com risco de amputação e esmagamento, mais de 1,6 mil casos de subnotificação de acidentes de trabalho e falhas na proteção de gestantes. Na ocasião, o MPT-SC firmou com a cooperativa um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) emergencial para adoção de medidas de segurança. A ação civil pública foi ajuizada no mesmo dia da liminar.

Portos do Paraná bateu recorde de exportações

A Portos do Paraná movimentou 5,9 milhões de toneladas de cargas em outubro, recorde histórico para o mês. O volume superou as 5,8 milhões de toneladas de outubro de 2025 e foi impulsionado pelas exportações, que cresceram 7,8%. A soja respondeu por 28,5% dos embarques, com alta de 34% na comparação anual. As importações totalizaram 2,09 milhões de toneladas. Este foi o 3º recorde mensal da empresa em 2026, após os resultados de janeiro e abril. O desempenho ocorreu apesar das chuvas acima da média.

CLAUDIO NEVES/GCOM PORTOS DO PARANÁ



Transportadas 5,9 milhões de toneladas nas vendas de outubro

SC: 20 escolas indígenas receberam melhorias

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC) concluiu que a Secretaria de Estado da Educação (SED-SC), após pedidos do tribunal, adotou medidas para corrigir problemas em 20 escolas indígenas estaduais. A fiscalização foi iniciada em 2023 e apontou falhas nas estruturas, falta de manutenção, problemas na prevenção de incêndios, no abastecimento de água e no armazenamento de alimentos. Os espaços pedagógicos precisavam de melhorias para atender às características culturais e linguísticas das comunidades atendidas.

PF apura fraudes em contratos emergenciais no RS

A Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Deságue para investigar contratos emergenciais de Canoas (RS) e Cachoeirinha (RS), após as enchentes de 2024, sobre serviços de motobombas pagos com recursos federais. Foram cumpridos 13 mandados de busca em oito municípios. Houve bloqueio de mais de R$ 10 milhões e apreensão de três veículos. Segundo a PF, uma empresa teria cobrado até 10 vezes o custo dos serviços.

Palco Giratório do Sesc

O Festival Palco Giratório do Serviço Social do Comércio no Rio Grande do Sul (Sesc-RS) recebe propostas de artistas e grupos gaúchos para a edição de 2027, em Porto Alegre (RS). As inscrições vão até 12 de janeiro e incluem projetos de dança, circo, teatro e atividades formativas. O evento será realizado de 18 de maio a 6 de junho de 2027.

Compensação ambiental

O Porto de São Francisco do Sul, em Joinville (SC), destinou R$ 443 mil à compra de dois imóveis no Parque Estadual Acaraí. A medida integra a compensação ambiental prevista em acordo com o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e contribui para a regularização fundiária e a proteção da unidade de conservação.

Lucros da Sanepar

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) registrou um lucro líquido de R$ 303 milhões no terceiro trimestre deste ano. Os números representam uma alta de 22,8% em relação ao mesmo período de 2025. Segundo a empresa, o resultado foi impulsionado pelo aumento das receitas e pelo controle dos custos operacionais.

Orientação do vestibular

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fará, de hoje (16) a quarta-feira (18), das 9h às 17h, um plantão na Praça Dante Alighieri, em Caxias do Sul (RS), para orientar sobre o Processo Seletivo Específico. As inscrições para 240 vagas no novo campus seguem abertas até o próximo dia 25, às 12h. As aulas começam em 2027.

Cargos exigem concurso

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) declarou inconstitucionais 39 cargos de assessores do Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares de Brusque (SC), após ação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Segundo o órgão, as funções previstas em lei não correspondiam a direção, chefia ou assessoramento estratégico.

Festival Cervejeiro

O Festival Cervejeiro será realizado no sábado (21) e no domingo (22), no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu (PR). A entrada é gratuita, com doação voluntária de 1 kg de alimento não perecível. A programação terá cervejas artesanais, shows e exposição de carros antigos. As doações serão destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade.

ASCOM SEMA



O reconhecimento do projeto na COP31 amplia a visibilidade das ações

Projeto gaúcho é premiado por adaptação climática

Ação reúne ciência e planejamento para reduzir riscos climáticos

Da **Redação**

O Projeto RioS, do governo do Rio Grande do Sul, recebeu reconhecimento internacional, durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), em Antália, na Turquia. A iniciativa foi premiada pelo SB COP Awards 2026, na categoria "Construindo Resiliência para Cidades, Infraestrutura e Água", voltada à proteção territorial, à gestão dos recursos hídricos e à redução dos impactos de eventos climáticos extremos.

Integrante do Plano Rio Grande, o Projeto RioS – Resiliência, Inovação e Obras para o Futuro do Rio Grande do Sul – é conduzido pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (Serg), em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e tem participação técnica de órgãos estaduais, como a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

O projeto prevê investimento de R$ 30 milhões, provenientes do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), e abrange a região hidrográfica do Guaíba, formada por nove bacias e 252 municípios. O trabalho integra conhecimento científico, planejamento territorial e investimentos em infraestrutura para reduzir riscos de inundações, enxurradas, estiagens e outros eventos hidrometeorológicos extremos.

Os estudos incluem análises hidrológicas e hidrodinâmicas, modelagem de riscos climáticos, diagnósticos socioambientais e projeções de cenários futuros. A proposta considera as bacias do Alto Jacuí, Pardo, Vacacaí, Baixo Jacuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos, Gravataí e Lago Guaíba, cujos impactos ultrapassam os limites administrativos dos municípios.

O projeto prevê uma estratégia estadual de resiliência climática e a priorização de cinco intervenções estruturantes, que receberão detalhamento técnico para futura implementação. O objetivo é orientar investimentos, qualificar a infraestrutura e ampliar a segurança da população diante de eventos climáticos.

O SB COP Awards é promovido pela Sustainable Business COP (SB COP), iniciativa internacional que mobiliza o setor empresarial para acelerar soluções climáticas. A seleção considera inovação, impacto econômico, replicação e contribuição para a ação climática global.

CORREIO
NO MUNDO

DISCOA340 VIA WIKIMEDIA COMMONS



Dezenas de milhares de passageiros continuam retidos em aeroportos

Troca de cabos causou suspensão que afetou voos nos EUA

Mais de 28 mil voos foram afetados na sexta-feira (13) e neste sábado (14) nos Estados Unidos após a suspensão das decolagens provocada por uma falha nos sistemas de comunicação da aviação, informou a Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês).

A FAA determinou na sexta-feira a suspensão nacional das decolagens, o que interrompeu quase todos os voos que partiam de aeroportos do país por quase cinco horas. A falha levou as companhias aéreas a cancelar aproximadamente 9.200 voos e atrasar 7.500 apenas na sexta.

Neste sábado, até 18h15, as companhias aéreas haviam cancelado mais 5.300 voos nos EUA e atrasado quase 6.300, de acordo com o FlightAware, site de informações sobre aviação. Pela dimensão do problema, só perde para o que ocorreu nos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Chefe da FAA pede desculpas pela interrupção

O chefe da FAA, Bryan Bedford, disse esperar que as operações das companhias aéreas retornem à normalidade até o final do domingo (15). Ele também pediu desculpas pela interrupção, acrescentando que o sistema permanece estável. O secretário de Transportes dos Estados Unidos, Sean Duffy, afirmou neste sábado que a empresa terceirizada L3Harris, contratada pela FAA, trabalhava em uma região remota para substituir cabos de cobre por fibra óptica quando ocorreu o problema.

FEDERAL AVIATION ADMINISTRATION, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Bryan Bedford tem uma grave crise para lidar na FAA

Investigação sobre possível erro humano

Segundo Duffy, as autoridades investigam se a falha foi provocada por erro humano durante a instalação dos equipamentos ou por um defeito no roteador utilizado pela empresa. "Estamos tentando determinar se houve incompetência, ou seja, se foi um erro do usuário ou da instalação feita pela L3Harris, ou se eles instalaram um roteador defeituoso. Ainda não identificamos a causa", afirmou. A hipótese que ganha mais força é a de uma falha em um único roteador instalado pela empresa. "Este era um sistema da FAA que não estava à altura do momento", disse.

Problema causou sobrecarga de dados

O problema provocou uma sobrecarga de dados em outros centros de comunicação. "Tivemos mais de mil tentativas de conexão a cada quatro ou cinco segundos. Isso gerou problemas na comunicação com as aeronaves e também causou algumas interrupções em nosso sistema de radar", disse. As companhias Delta Air Lines, United Airlines e American Airlines cancelaram, cada uma, cerca de 20% de seus voos no sábado.

Sem culpa de IA

Na JetBlue, o percentual chegou a 40%. Duffy afirmou que a falha não foi causada por ferramentas de inteligência artificial usadas para organizar os horários dos voos nem por ataques cibernéticos, hipóteses que foram levantadas.

A Agência de Segurança Nacional (NSA) participa em conjunto desta investigação.

Territórios pela Otan?

Negociadores americanos levantaram a chance da Ucrânia se retirar da região de Donbass em troca de uma eventual adesão à Otan, afirmou o presidente Volodimir Zelenski após rodada de negociações de paz com a Rússia, realizada em Abu Dhabi. Esta foi a primeira menção à possibilidade de vincular a entrada na aliança militar a concessões territoriais.

Conversa difícil

A fala foi feita por Zelenski a jornalistas neste sábado (14). "Os americanos levantaram uma questão: 'E se a Ucrânia entrar na Otan? A Ucrânia se retiraria de Donbass?", afirmou. "Por isso, acredito que a Otan voltou à pauta. Mas vocês também ouviram os sinais [do presidente russo, Vladimir] Putin, e esta é uma conversa extremamente difícil."

Putin discorda

Putin afirma há anos que a adesão da Ucrânia à Otan é inadmissível para Moscou. O líder russo cita a possibilidade do ingresso do vizinho na aliança como uma das justificativas para a invasão de 2022. Zelenski reiterou que Kiev não está disposta a ceder territórios, mas afirmou que há algumas condições para poder levantar possibilidades.

Condições de Zelenski

Zelenski disse que se recebesse um pacote abrangente de garantias de segurança, o direito de manter um Exército ucraniano forte e bem financiado e recursos para reconstrução, submeteria a questão a um referendo nacional. Ele rejeitou o pedido russo por acordo amplo sobre a arquitetura de segurança europeia seja negociado antes do entendimento sobre a guerra.

Fim da guerra é o foco

"Não podemos inverter tudo e começar falando sobre uma mudança na estrutura de segurança do mundo ou de todo o continente para só depois discutir o fim desta guerra. Esta guerra precisa acabar primeiro", afirmou o presidente ucraniano, que também rejeitou um pedido russo de trégua humanitária em Kostiantynivka.

REPRODUÇÃO/ONU YOUTUBE



Milei quer ampliar relações comerciais para 90% dos países até 2031

Milei confirma candidatura à reeleição em 2027

Argentino promete reduzir impostos em US$ 500 bilhões

Por **Folhapress**

O presidente da Argentina, Javier Milei, confirmou neste sábado (14) que disputará a reeleição em 2027 e prometeu aprofundar a abertura comercial do país e reduzir os impostos em US$ 500 bilhões (cerca de R$ 2,82 trilhões) até 2031, caso seja eleito para um segundo mandato.

As declarações foram feitas durante a inauguração de uma exposição sobre Manuel Belgrano, no Museu da Casa Rosada, em Buenos Aires, como parte da programação da Noite dos Museus.

"Para aqueles que duvidam que estou indo para a reeleição: sim, estou indo para a reeleição", afirmou o presidente, ao apresentar suas metas para os próximos anos. As eleições presidenciais argentinas estão marcadas para o dia 24 de outubro de 2027.

Milei prometeu ampliar as relações comerciais da Argentina para alcançar 90% dos países do mundo até 2031. Segundo ele, quando assumiu o governo, em dezembro de 2023, o país comercializava com cerca de 10% do planeta. Atualmente, esse percentual teria atingido 30% após a abertura de mais de 500 mercados, afirmou.

O presidente citou os acordos comerciais com a União Europeia, a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês), Singapura e os Estados Unidos como exemplos dos avanços de sua política de abertura econômica. Também mencionou as negociações para uma eventual entrada argentina no bloco transpacífico.

A redução tributária foi apresentada como uma das principais promessas de um eventual segundo mandato. "Vamos continuar baixando impostos e, durante todo o período, se o cenário-base se confirmar, vamos devolver aos argentinos US$ 500 bilhões, ou seja, o equivalente ao que temos de dívida", afirmou.

O valor se refere à redução acumulada da carga tributária projetada pelo governo, e não a um pagamento direto aos contribuintes. Milei condicionou a promessa à manutenção de seu programa econômico e ao cumprimento das projeções oficiais para os próximos anos.

A promessa de Milei ocorre em um cenário de resultados econômicos contraditórios. Desde que assumiu a Presidência, em dezembro de 2023, o ultraliberal conseguiu reduzir a inflação, que havia chegado a 211,4% em 12 meses naquele ano, e reverter o déficit das contas públicas. Em 2024, a inflação anual caiu para 117,8% e, em 2025, para 31,5%.

O processo, porém, perdeu força em 2026. Depois de meses de desaceleração, os preços voltaram a acelerar e a inflação acumulada em 12 meses chegou a 33,1% em outubro, segundo o Indec, o instituto oficial de estatísticas argentino.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA



Pedrinho foi reeleito presidente do Vasco com 4.575 votos dos sócios

Pedrinho é reeleito presidente do Vasco para o triênio 2027-2029

Vivendo uma nova era nos bastidores, o Vasco da Gama teve mais uma eleição presidencial sem grandes polêmicas. No novo pleito, o atual presidente Pedrinho foi reeleito para o triênio 2027-2029, que deve marcar a transição e entrada da nova SAF Cruzmaltina, comandada por Marcos Lamacchia. Pedrinho, inclusive, já falava nos bastidores que não tinha interesse em tentar a reeleição, mas foi convencido pelo próprio Lamacchia a se candidatar, visto que o empresário gostaria de trabalhar com ele nesta fase de transição.

– Nunca prometo títulos, nunca prometi. E não vou prometer. Prometo uma construção do que a gente fez nesse contrato, de um Vasco com dívidas sanadas, um investidor com CNPJ no Brasil e com potencial financeiro quase infinito. O Vasco volta a ter respeito, não ter salários atrasados, perigo de transfer ban. É um Vasco com dignidade – disse Pedrinho.

Novorizontino é campeão inédito da Série B

Após anos "batendo na trave", o Novorizontino não só conquistou o acesso para a Série A, como também se sagrou campeão da Série B 2026. A equipe derrotou o Criciúma por 1 a 0, no Estádio Heriberto Hulse, em Santa Catarina, e conquistou o título inédito. Antes mesmo de garantir o lugar no pódio, o Tigre do Vale já estava classificado para a Série A. Esta será a primeira vez do clube paulista na elite do futebol brasileiro. A equipe do técnico Enderson Moreira chegou à cidade de Criciúma dependendo apenas de si para ser campeã.

LEO PIVA/CBF



Cláudio Gomes entrega a taça da Série B para o Novorizontino

CBF celebra o sucesso do novo regulamento

Enquanto o jogo estava empatado no Heriberto Hulse, o Juventude vencia o Botafogo-SP por 2 a 0, no Alfredo Jaconi, e torcia por uma derrota do Novorizontino. Com o resultado, a Juve garantiu acesso direto à Série A. Os gaúchos ficaram com o segundo lugar, com 71 pontos. A fase de pontos corridos da Série B do Brasileirão de 2026 chegou ao fim neste sábado, com a festa do Novorizontino. O diretor de marketing de competições da CBF, Cláudio Gomes, destacou o sucesso desta edição da competição, marcada por grandes disputas e pela estreia do novo regulamento.

Rodada final foi marcada por muita emoção

"Mais uma Série B entregue. Dessa vez, uma Série B diferente, agora com regulamento diferente e os playoffs. A rodada foi até o último minuto com muita emoção. Parabéns ao Novorizontino, campeão inédito. Parabéns pelo acesso também do Juventude. É uma satisfação muito grande fazer parte disso. É muito prazeroso para a CBF fazer mais uma grande entrega", disse Cláudio Gomes.

Playoffs por vaga na elite

A partir desta temporada apenas o campeão e o vice-campeão conquistam o acesso direto para a Série A. Novorizontino e Juventude ficaram com as duas vagas. As outras duas oportunidades serão definidas em um sistema de playoffs, com confrontos entre o 3º e o 6º colocados e entre o 4º e o 5º, em jogos de ida e volta.

Rebaixados para a Série C

Os duelos dos playoffs serão realizados entre Vila Nova x Atlético-GO e Fortaleza x Criciúma. Na outra ponta da tabela, a rodada também definiu os quatro clubes rebaixados para o Campeonato Brasileiro Série C de 2027, que foram quatro equipes tradicionais do futebol brasileiro: Avaí, Londrina, América-MG e a Ponte Preta.

River Plate quer Rossi

Titular absoluto do Flamengo, o goleiro Rossi pode mudar de ares na próxima temporada. De acordo com o Bolavip, o goleiro rubro-negro é o principal alvo do River Plate, da Argentina, que prepara uma oferta generosa para tirá-lo do clube da Gávea. Os argentinos apostam na nacionalidade do goleiro e na crise pelo banimento das bets para apresentar a proposta.

Recuperação Judicial

O Botafogo está com seu processo de recuperação judicial, que pode acontecer até o final deste ano. No entanto, é mais provável que fique para o ano que vem. A informação é do "Canal do TF". Segundo ele, a pausa para a Copa do Mundo foi fundamental para que o Alvinegro pudesse reorganizar suas finanças e evitar a luta contra o rebaixamento.

Rodrigo Castillo

Jogador mais caro da história do Fluminense, o atacante Rodrigo Castillo custou cerca de R$ 53 milhões, na cotação da época. Só que a diretoria do Lanús, da Argentina, alega que o Tricolor não realizou o pagamento dentro do formato combinado e estuda acionar a Justiça para receber o que alegam faltar, o que jogaria o custo do atleta para cerca de R$ 68 milhões.

Admar Lopes continua

Com a reeleição de Pedrinho à presidência do Vasco, quem garantiu presença no Cruzmaltino por mais tempo foi o diretor de futebol Admar Lopes. O dirigente português conta com o prestígio do presidente e foi aprovado por Marcos Lamacchia, futuro comprador da SAF, que deu o aval pela extensão de contrato de Admar até dezembro de 2027.

RAFAEL RIBEIRO/CBF



Brasil volta a campo nesta terça (17), às 7h (de Brasília), contra Singapura

Ancelotti não vê nova derrota para o Japão como vexame

Seleção Brasileira voltou a perder para os japoneses por 3 a 2 em amistoso

Por **Pedro Sobreiro**

Em outubro de 2025, o Brasil perdeu para o Japão em uma partida oficial pela primeira vez na história. Na ocasião, já sob comando do italiano Carlo Ancelotti, a Seleção saiu na frente do placar e levou a virada em lances problemáticos da zaga brasileira. O resultado foi muito celebrado pelos japoneses, que viriam a ser adversários do Brasil na Copa do Mundo de 2026.

Neste ano, já em fase eliminatória, o Brasil conseguiu eliminá-los, de virada, com gol no último minuto. O que veio depois, porém, foi mais uma eliminação traumática do Brasil em Copas.

No último sábado (14), em Singapura, a Seleção Brasileira encarou o Japão novamente e, mais uma vez, perdeu por 3 a 2. Agora, porém, o desempenho foi mais alarmante, já que os nipônicos abriram 2 a 0 e tiveram amplo domínio da partida. O Brasil chegou a empatar o placar, mas Sakamoto, nos acréscimos, deu a vitória aos japoneses.

Para Carlo Ancelotti, essa nova derrota não ganha ares de vexame muito por conta da qualidade do adversário.

– Japão é um time organizado, com intensidade e faltas para parar nossos contra-ataques. Estou satisfeito com o jogo que fizemos. O início não foi bom. Reagimos e tivemos a chance de empatar e ganhar. Eu falei ontem que o trabalho dele [Moriyasu] é muito bom. O Japão é um bom time, competitivo no melhor nível – afirmou.

Na verdade, o italiano preferiu valorizar o poder de reação do time derrotado.

– A análise do jogo é que começamos bem. A equipe estava bem equilibrada. Perdemos dois duelos e a equipe caiu um pouco ali, pausou. Encaixamos dois gols, a equipe teve boa reação. Fomos bem... com intensidade, com ritmo. Poderia ganhar o jogo. Uma pena o resultado. Não gosto de perder, mas temos que olhar o que fizemos de bom. Tem jogadores que entraram pela primeira vez e mostraram qualidade – comentou.

Infelizmente, Carlo parece não ter compreendido o tamanho do problema que envolve uma Seleção Brasileira carente de identidade e de esquema de jogo. O trabalho do italiano não é bom, por mais que ele pregue calma e paciência. Parece haver uma grande carência de senso de urgência, que vai complicar o Brasil no ciclo para a Copa América e para a Copa do Mundo de 2030 se não for sanado o mais rápido possível.

De promessa à realidade: Davi Lucas chega ao topo do Jiu-Jitsu

Com apenas 9 anos, o jovem conquista diversos títulos e lidera o ranking geral

Por **Thomás de Paula**

DIVULGAÇÃO



Davi Lucas foi campeão em duas diferentes modalidades na Copa do Mundo de Jiu-Jitsu, sua conquista mais recente

Ser uma jovem promessa é um privilégio que poucos atletas possuem, mas se tornar uma realidade tão jovem é algo que Davi Lucas pode se orgulhar. Ser um atleta extremamente vencedor certamente coloca o jovem em um patamar diferente dos demais.

Em 2026, o jovem faixa cinza de apenas 9 anos conquistou seu espaço no Jiu-Jitsu de forma avassaladora, encerrando a temporada com a Copa do Mundo de Jiu-Jitsu, além de diversos outros títulos de peso neste ano.

Davi Lucas é integrante do Centro de Treinamento Coliseu, localizado no bairro Santa Cruz, em Volta Redonda, e atualmente tem uma grande sequência de títulos conquistados. Em março, o jovem conquistou a medalha de ouro no Campeonato Estadual da Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Olímpico (CBJJO), em maio, levou o ouro no Campeonato Brasileiro da CBJJO, em julho voltou ao pódio com mais um ouro no Campeonato Mundial da CBJJO, em setembro, voltou a levar o ouro no Campeonato Panamericano de Jiu-Jitsu, e por fim, conquistou em novembro a Copa do Mundo de Jiu-Jitsu, disputada no Ginásio Miécimo da Silva, em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

Para o jovem atleta, a temporada foi extremamente positiva. "Uma temporada muito boa, de muitos desafios, muito aprendizado e acima de tudo muita evolução, onde vivi momentos únicos e consegui terminar o ano invicto", disse Davi Lucas.

Segundo o atleta, superar desafios, adquirir disciplina e respeito foram os aspectos em que o jovem mais evoluiu em 2026, sendo cruciais para alcançar seus objetivos na temporada: Se destacar no Rio de Janeiro e conquistar o Mundial.

COMO CONCILIAR A CARREIRA COM A INFÂNCIA

Com olhos na próxima temporada, a expectativa é se manter no topo, e conquistar o Campeonato Brasileiro da Federação Internacional de Jiu-Jitsu Brasileiro (IBJJF) da "melhor maneira possível, com muita humildade e treinando pesado, sem abrir mão do lazer de uma criança", afirmou Victor, pai de Davi Lucas.

Para Victor, o papel da família é incentivar o jovem e sempre apoiar. "Não é fácil, ser pai e mãe de um atleta exige muito comprometimento e às vezes até se abdicar de algumas coisas", afirmou o pai, que concluiu "A nossa missão é fazer com que ele não perca a essência, o lazer, e principalmente os estudos", disse.

PRIMEIRO COMPROMISSO DE 2027

Já na próxima temporada, Davi Lucas tem um compromisso marcado para o mês de janeiro. Com todas as conquistas na temporada, o jovem lidera o ranking geral da CBJJO em sua categoria, com um total de 3700 pontos na modalidade 'GI' (com kimomo). Graças a isso, Davi Lucas irá receber um troféu para coroar uma temporada brilhante.

Copa do Mundo da vela chega ao Rio para segunda edição e reúne 40 países

Igor **Santos Carneiro – EBC**

MARTINA ORSINI/SSL GOLD CU



Competição tem formato diferente do tradicional na modalidade

O Rio de Janeiro será sede da 2ª edição da Copa do Mundo da Vela, que começa na próxima quinta-feira (19) e vai reunir 40 países na Baía de Guanabara. O evento, que tem um formato diferente do tradicional na modalidade, reúne equipes compostas por oito a dez tripulantes em barcos modelo SSL47. A competição - chamada oficialmente de SSL Gold Cup - vai até 13 de dezembro.

"Receber essa competição tem um significado especial, pois é um retorno ao cenário dos Jogos Olímpicos de 2016. A Copa do Mundo exige muito trabalho em equipe, estratégia e entrosamento. Vamos ter a oportunidade de competir diante do nosso público", afirmou Robert Scheidt, capitão da equipe brasileira, em declaração à assessoria do evento.

A SSL (liga mundial dos velejadores) criou a Copa do Mundo para colocar frente a frente equipes completas com os melhores velejadores de cada país competindo juntos, todos com o mesmo barco, fornecido pela própria organização.

Ao invés de classes individuais ou em dupla com diferentes tamanhos para as embarcações, a intenção é dar condições iguais a todos e coroar o país que se sair melhor com os desafios que uma regata em um barco de maiores proporções exige. Os atletas competem com uniformes que levam as cores da sua nação.

Na primeira edição da Copa do Mundo, em 2023, em Gran Canaria, na Espanha, a Hungria conquistou o título batendo Itália, Países Baixos e Espanha na regata final.

Voltaço anuncia o retorno do técnico Rodrigo Santana

Da **Redação**

O Volta Redonda anunciou neste sábado (14) o retorno de Rodrigo Santana como técnico da equipe profissional. O treinador inicia sua segunda passagem pelo Esquadrão de Aço e chega para comandar o time na preparação para os desafios da temporada 2027.

Rodrigo já treinou a equipe, em sua primeira passagem, entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, esteve à frente da equipe em oito partidas, com três vitórias, três empates e duas derrotas. Sob seu comando, o Voltaço avançou às quartas de final do Campeonato Carioca e disputou a semifinal da Taça Rio.

Ao longo da carreira, o treinador acumula passagens por clubes como Atlético-MG, Avaí, Coritiba, Remo, ABC, Athletic-MG e Ponte Preta. Em 2024, conquistou o acesso à Série B do Campeonato Brasileiro com o Remo.

Animado com o retorno, Rodrigo Santana destacou a confiança no projeto do clube e projetou a construção de uma equipe com identidade, intensidade e mentalidade vencedora.

"Espero, neste ano, desenvolver um trabalho forte, com uma equipe que tenha muita identidade com o clube, intensidade de jogo e uma mentalidade forte e vencedora para fazermos uma grande temporada. Tenho ciência da responsabilidade que é vestir a camisa do Voltaço e espero trazer muitas alegrias ao torcedor", destacou o treinador.

Agora, Rodrigo retorna para dar início a um novo ciclo, com foco na preparação da equipe para 2027.

ARQUIVO/VRFC



É a segunda passagem de Rodrigo Santana pelo Voltaço

‘A cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança, eu não os decepcionarei’

Em entrevista ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, da rede CNT de televisão, o senador eleito Carlos Jordy comenta um pouco como será sua agenda parlamentar

Da **Redação**

Deputado federal, Carlos Jordy foi alçado para ser candidato ao Senado na chapa pura do PL na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Um dos campeões de votos, com mais de três milhões e novecentos mil votos, foi eleito e será um dos representantes do Rio na próxima legislatura no Senado Federal. Nesta edição, um resumo da entrevista que o parlamentar deu ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, que é transmitido pela rede CNT de televisão.

CM



O parlamentar Carlos Jordy (PL) e o jornalista Ricardo Bruno nos estúdios do Correio da Manhã, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio, onde aconteceu a gravação do programa

Ricardo Bruno: Qual é exatamente a sua expectativa logo de início no exercício do mandato? Porque você vai assumir num momento de muita turbulência, de muita tensão.

Carlos Jordy: Ricardo, a nossa responsabilidade aumentou muito, porque a expectativa de que a sociedade tinha diante do cenário do primeiro turno, um cenário que foi uma vitória acachapante da direita em todo o Brasil, em especial aqui no Rio de Janeiro. Nós ganhamos as duas vagas ao Senado: Portinho com mais de 4 milhões de votos, eu com quase quatro milhões de votos, 3.912.405 votos. Inclusive, quero agradecer a cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança. Eu digo que eu não os decepcionarei, vou honrar esse voto de confiança. Nós sabemos que agora Lula está apostando todas as suas fichas na eleição de Alcolumbre. E os ministros do Supremo também, os ministros do Supremo querem Alcolumbre porque ele significa o status quo, a manutenção do status quo.

R.B: E você identifica algum tipo de pressão de ministros do Supremo já nessa pré-campanha para o Senado?

C.J: Não tenho dúvida. Todos nós já estamos sofrendo essas pressões. todos os senadores eleitos, pressões, recados, intimidações, sobretudo aqueles parlamentares que têm já algum processo no Supremo Tribunal Federal, e não só isso, ofertas que partem do outro lado. Alcolumbre hoje tem como seu maior aliado Lula. Lula está dando a mala para que Alcolumbre possa comprar votos do nosso campo político, e eles têm colocado como Alcolumbre já tendo praticamente vencido essa disputa. Têm tentado desanimar a oposição para, inclusive, fazer com que alguns parlamentares possam perceber que a guerra já está perdida. Então, já que está perdido, é aquela história: se não pode com ele, junte-se a eles. Eu tenho plena convicção que hoje nós temos mais votos, só que, como eu falei, a pressão, a cooptação está sendo muito grande.

R.B: Você tem algumas propostas de reforma do STF, de reforma do judiciário, eu queria que você apresentasse aqui os pontos que você considera essenciais para mudar, digamos, a forma de atuação do Supremo Tribunal Federal.

C.J: A eleição do Rogério Marinho é realmente uma eleição que vai fazer com que o Senado possa ser o grande bastião da democracia e da liberdade para que a gente consiga acabar com as disfuncionalidades que ocorrem entre os três poderes. Porque o Rogério Marinho tem esse compromisso de fazer com que o Senado possa ser, de fato, independente. E a independência do Senado vai fazer com que nós possamos fazer agendas positivas para o Brasil, agendas positivas para reequilíbrio entre os poderes. E uma dessas agendas é que ele quer fazer grupos de trabalho para estudar algumas propostas de interesse da população brasileira. Esse grupo de trabalho tem como proposta analisar essa reforma do STF. A competência criminal do STF faz com que os ministros utilizem isso sempre como chantagem contra os parlamentares, contra os senadores e contra os deputados.

R.B: Mas se tira do Supremo, vai ser encaminhado para que instância? Para que corte?

C.J: A análise dessas propostas será feita nesses grupos de trabalho. Existem inúmeras propostas. Por exemplo, os senadores e deputados têm de ser julgados na primeira instância, sendo os tribunais regionais federais.

R.B: Jordy, você relatou aqui ainda há pouco que alguns senadores que têm ações em tramitação no Supremo estão sofrendo pressões de ministros e tal. Você está no inquérito das fake news, que foi arquivado agora, e está também naquele inquérito de oito de janeiro. Você tem sofrido algum tipo de pressão?

C.J: Não. Eu não estou apenas nesse inquérito do 8 de janeiro. Eu também estou no inquérito do Flávio Dino. Inclusive, ele fez aquela busca e apreensão na minha casa, no dia do aniversário da minha filha, por um suposto desvio de cota parlamentar de um carro que eu alugo desde o primeiro dia do primeiro mandato. Olha só, nós não estamos, digamos assim, no meu caso, sofrendo pressões diretas. Alguns parlamentares, eles falam, que recebem ligações, mas nós ouvimos alguns recados. Eu não vou entrar em muitos detalhes, mas é fato que sim, ocorrem recados, ocorrem pressões, alguns mais incisivos, mais contundentes, e outros mais nos bastidores.

R.B: Eu queria saber quais são as pautas do interesse do Rio de Janeiro, na República, no Senado?

C.J: Eu sei que o papel do senador vai muito além do deputado federal. Eu sou representante do estado, não da população. E nós temos problemas seríssimos no nosso estado. Você destacou alguns aqui. A questão do endividamento público do Estado do Rio de Janeiro, que saltou, em vinte anos, de quarenta e dois bilhões para duzentos e quarenta e cinco bilhões. E tendo pago já muito volume dessa dívida, mas se tornou impagável. Nós saímos do regime de recuperação fiscal, que suspendia as parcelas da dívida. Era um regime que não atendia aos estados para conseguir sanar esse problema. Fomos para o PROPAG, que veio para reduzir os juros da dívida. Mas isso não resolve o problema efetivamente do endividamento público. O problema é que nós temos uma dívida pública que precisa ser atacada no principal. E nós precisamos de um novo modelo. É preciso um novo regime fiscal impedindo que os gestores, de fato, gastem mais do que se arrecada, porque a lei de responsabilidade fiscal tem falhado miseravelmente nisso.

Leia o QR-code e veja a entrevista com Carlos Jordy